

# ECONOMISTAS

## PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA EM 2019.

**Perspectivas da Economia  
Brasileira para 2019**  
Julio Manuel Pires

**Reforma da Previdência:  
aprendendo com a  
experiência de outros países  
e com a nossa trajetória**  
Milko Matijascic

**Brumadinho e outros  
crimes e desastres  
ambientais e humanos à  
luz da perícia econômica**  
Pedro Afonso

## EXPEDIENTE

**PRESIDENTE**  
Wellington Leonardo da Silva

**VICE-PRESIDENTE**  
Antonio Corrêa de Lacerda

**CONSELHEIROS EFETIVOS**  
Antonio Corrêa de Lacerda  
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva  
Antonio Melki Júnior  
Clovis Benoni Meurer  
Denise Kassama Franco do Amaral  
Eduardo Rodrigues da Silva  
Fernando de Aquino Fonseca Neto  
Heric Santos Hossoé  
Júlio Miragaya  
Lauro Chaves Neto  
Maria Auxiliadora Sobral Feitosa  
Maurílio Procópio Gomes  
Nelson Pamplona da Rosa  
Paulo Brasil Corrêa de Melo  
Paulo Dantas da Costa  
Sérgio Guimarães Hardy  
Waldir Pereira Gomes  
Wellington Leonardo da Silva

**CONSELHEIROS SUPLENTE**  
Bianca Lopes de Andrade Rodrigues  
Eduardo Reis Araújo  
Henri Wolf Bejzman  
Nei Jorge Correia Cardim  
Paulo Roberto de Jesus  
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva  
Evaldo Silva  
Marcelo Pereira Fernandes  
Ricardo Valério Costa Menezes  
Wilson Roberto Villas Boas Antunes  
Maria do Socorro Erculano de Lima  
Róridan Penido Duarte  
Sávio de Jesus Tourinho da Cunha  
João Bosco Ferraz de Oliveira  
Paulo Salvatore Ponzini  
Luiz Antonio Rubin

**CONSELHO EDITORIAL**  
Wellington Leonardo da Silva (Coordenador)  
Antonio Corrêa de Lacerda  
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva  
Denise Kassama Franco do Amaral  
Dércio Garcia Munhoz  
Eduardo José Monteiro da Costa  
Fernando de Aquino Fonseca Neto  
Gilson de Lima Garófalo  
Heric Santos Hossoé  
José Luiz Pagnussat  
Luiz Carlos Delorme Prado  
Roberto Bocaecio Piscitelli  
Róridan Penido Duarte  
Sidney Pascouto da Rocha  
Waldir Pereira Gomes

**COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO**  
Waldir Pereira Gomes (Coordenador)  
Antonio Corrêa de Lacerda  
Antonio Melki Jr.  
Clovis Benoni Meurer  
Denise Kassama Franco do Amaral  
Gilson de Lima Garófalo  
Heric Santos Hossoé  
Lauro Chaves Neto  
Luiz Antonio Rubin  
Wellington Leonardo da Silva

**ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**  
Natália Kenupp – Assessora de Imprensa  
Manoel Castanho – Jornalista  
Júlio Poloni – Jornalista  
imprensa@cofecon.gov.br

**PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO**  
Lume Comunicação Eireli

**IMPRESSÃO**  
Forte Gráfica e Editora LtdaME

**TIRAGEM**  
10.000 exemplares  
ISSN 2446-9297

## SUMÁRIO

NOTA DO COFECON: BASTA DE CRIMES SOCIOAMBIENTAIS.....	4
BRUMADINHO E OUTROS CRIMES E DESASTRES AMBIENTAIS E HUMANOS À LUZ DA PERÍCIA ECONÔMICA   <i>Pedro Afonso Gomes</i> .....	6
O QUE ESPERAR DE 2019?   <i>Manoel Castanho e Natália Kenupp</i> .....	10
PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA PARA 2019 <i>Julio Manuel Pires</i> .....	14
REFORMA DA PREVIDÊNCIA: APRENDENDO COM A EXPERIÊNCIA DE OUTROS PAÍSES E COM A NOSSA TRAJETÓRIA  <i>Milko Matijascic</i> ...	20
AS REDES DE PEQUENOS NEGÓCIOS COM ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O CASO DA ROTA DAS EMOÇÕES <i>Lauro Chaves Neto</i> .....	27
XXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA REUNIRÁ PROFISSIONAIS DA ÁREA E ESTUDANTES EM FLORIANÓPOLIS <i>Natália Kenupp</i> .....	34
A EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE ECONOMIA NO BRASIL <i>Izaías Borges e Adauto Ribeiro</i> .....	38
DESAFIO QUERO SER ECONOMISTA CHEGA A SUA QUARTA EDIÇÃO <i>Júlio Poloni</i> .....	41
FENECO: A UNIÃO FAZ A FORÇA   <i>Anderson Avelino Oliveira Sousa</i> .....	44
RESENHA: APELO À RAZÃO.....	45

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

## EDITORIAL

O tema desta edição da Revista Economistas é “Perspectivas para a economia em 2019”. Somos muito gratos aos articulistas que contribuíram de maneira generosa e competente com o debate do assunto. A importância de nos debruçarmos sobre suas análises técnicas está diretamente vinculada à quadra política e econômica vivenciada não só pelo Brasil, mas por várias outras nações. Propostas de cunho liberal, já testadas e que fracassaram retumbantemente em outras partes do mundo, estão sendo apresentadas como panaceias únicas e suficientes para gerar crescimento, quando isto não é suficiente. A discussão necessária e crucial é sobre como atingirmos patamares civilizados de desenvolvimento, condição indispensável para reduzir as desigualdades sociais, as quais sangram a grande massa de excluídos deste país.

Propostas ineficientes não faltam, a exemplo de uma reforma previdenciária que ignora o montante das dívidas de empresários e do setor público para com o INSS, que atingem a expressiva cifra de R\$ 477 bilhões. Dentre as cem maiores inadimplentes encontramos a Varig, cujo débito é de R\$ 4.007.723.860,94 (e não venham dizer que ela faliu, pois a dívida deveria ter sido executada antes e alguém se beneficiou de seus ativos); a JBS S/A, devedora de módicos R\$ 2.339.921.534,56; a Viação Aérea São Paulo, com débito de R\$ 1.911.569.998,14; e a Marfrig Global Foods S.A, devendo R\$ 1.149.774.636,15. Importante registrar, mesmo sem mencionar os valores para poupar espaço, instituições como o Instituto Presbiteriano Mackenzie, os bancos Bradesco e Santander e a Vale S.A, membros do seletto grupo da centena de devedores contumazes. Ao largo disto, para salvar o país, propõe-se prejudicar ainda mais a população, ampliando a idade para adquirir direito a aposentadoria, reduzindo os valores das pensões e instituindo o sistema de capitalização, de interesse dos banqueiros, cujo resultado no Chile foi a existência de uma das maiores taxas de suicídio entre idosos do mundo, pois os rendimentos obtidos dos fundos de capitalização não lhes permitem ter o mínimo para viver dignamente.

Nesta edição os Economistas Júlio Pires e Luciana Acioly nos presenteiam com suas contribuições sobre o



WELLINGTON LEONARDO DA SILVA  
PRESIDENTE

assunto central da revista. Cabe destacar os comentários sobre os pífios resultados da economia brasileira, que depois de dois anos de recessão profunda – que se seguiu à estagnação de 2014 – cresceu apenas 1,0% e 1,3% em 2017 e 2018, respectivamente.

O pior é verificar que, como se não bastassem nossas dificuldades estruturais para obter resultados melhores, comentários desastrosos prejudicaram nossas exportações de soja para a China, que substituiu o produto brasileiro pelo dos EUA, e de frango e carne para os países árabes. Quanto à apropriação dos banqueiros de R\$ 379,2 bilhões com juros, significando que recebem hoje 5,52% do PIB, nenhum comentário ou providência.

A publicação conta, ainda, com artigo do conselheiro federal Lauro Chaves Neto sobre “As redes de pequenos negócios como estratégia de desenvolvimento territorial: o caso da Rota das Emoções”; texto da lavra do Economista Pedro Afonso Gomes sobre os danos socioeconômicos causados pelo rompimento da barragem de Brumadinho em Minas Gerais; e outro sobre Previdência Social, escrito pelo economista Milko Matijascic.

Temos também reportagens sobre o XXIII Congresso Brasileiro de Economia e sobre o Desafio Quero Ser Economista, que neste ano, em sua quarta edição, ocorrerá no mês de maio. Há, ainda, uma contribuição da Federação Nacional dos Estudantes de Economia sobre o que afirmam, ser a palavra da vez, a integração, originada do latim integrare, que significa o ato ou efeito de integrar ou tornar inteiro, incorporar elementos em um conjunto.

Boa leitura.

## BASTA DE CRIMES SOCIOAMBIENTAIS

O Conselho Federal de Economia vem a público externar o sentimento de tristeza e solidariedade às famílias envolvidas na tragédia ocorrida em 25 de janeiro, no município de Brumadinho, em Minas Gerais. A mineração é uma atividade fundamental para a economia do estado de Minas Gerais e de todo o país. É lamentável que a segurança das pessoas e o respeito ao meio ambiente tenham sido tão negligenciados pela mineradora Vale e pelo poder público.



**É lamentável que a segurança das pessoas e o respeito ao meio ambiente tenham sido negligenciados.**

Centenas de vidas foram perdidas na que já é a maior tragédia envolvendo rompimento de barragens com resíduos minerais e industriais da história do planeta, superando o desastre da barragem de resíduos de carvão de Buffalo Creek, na Virgínia Ocidental (EUA), em 1972, quando ocorreram 125 mortes.

A tragédia em Brumadinho não foi acidente, tampouco fatalidade. Ocorrida três anos após Mariana (19 mortos e

contaminação de toda a bacia do Rio Doce), Brumadinho é resultado da ganância das grandes corporações, que buscam reduzir seus gastos com manutenção, segurança e sustentabilidade ambiental de forma a maximizar seus lucros, aliada à falta de regulamentação e fiscalização por parte do setor público.

Estimativas do mercado previam que a Vale faturaria mais de R\$ 150 bilhões em 2019 e obteria lucro líquido superior a R\$ 20 bilhões. O absurdo é que as empresas mineradoras, em média, investem apenas 3% do seu lucro líquido em manutenção, segurança e sustentabilidade socioambiental. Não há investimentos em prevenção. Se houvesse, o refeitório e o setor administrativo da Vale, locais onde estavam a maior parte das vítimas, já teriam sido removidos da área jusante da barragem há muito tempo. Deve ser destacado que essa transferência chegou a ser discutida em reunião da diretoria, mas foi descartada, provavelmente em razão do seu custo, um verdadeiro ato de negligência.

Aliás, sequer deveria haver barragens como a de Brumadinho, em que a sustentação se dá sobre os próprios resíduos, tornando-a frágil e vulnerável. Uma das alternativas mais seguras – e que já é adotada em outros países – é a transferência dos rejeitos para a cava da mina. No Brasil não se faz porque é mais caro. Ademais, deve ser destacada a notória pressão que sofrem os servidores federais e estaduais da área ambiental para a concessão de licenças. Pressão esta advinda de chefias que, via de regra, são indicadas pelas grandes corporações.

## Tramitam no Congresso Nacional projetos de lei que flexibilizam ainda mais a legislação ambiental

São 988 barragens com rejeitos minerais e industriais no país, das quais 40 apresentam riscos reais de ruptura. Mas, em vez de tornar a legislação mais rígida, para garantir maior segurança socioambiental, o atual governo vinha afirmando que as leis já são “rígidas demais”, como declarado recentemente em Davos: “o Brasil é o país que mais preserva o meio ambiente do mundo”. A lógica por trás dessa afirmação é que a legislação seria muito rígida e deve-se flexibilizá-la, para deleite das grandes corporações, das mineradoras e do agronegócio.

Tramitam no Congresso Nacional projetos de lei que flexibilizam ainda mais a legislação ambiental. O MMA, o Ibama e o ICMBio só não foram extintos por causa da resistência da sociedade brasileira, mas o poder público vem esvaziando esses órgãos ao longo dos últimos anos, numa verdadeira operação de desmonte, assim como vem fazendo com a FUNAI, o INCRA, entre outros.

Não se pode permitir que o que ocorreu em Mariana, em que os 22 responsáveis pelo crime socioambiental foram inocentados, ocorra também no caso de Brumadinho, inocentando a Vale e seus executivos de mais esse crime. Infelizmente as multas imputadas à mineradora serão contestadas judicialmente e seus pagamentos podem ser postergados indefinidamente.

O Conselho de Administração da Vale, de forma hipócrita, deliberou pela suspensão dos pagamentos dos bônus aos seus executivos, assim como a distribuição de dividendos aos acionistas, benesses que provavelmente serão retomadas assim que a tragédia de Brumadinho sair de pauta, exatamente como ocorreu após o caso



**A tragédia em Brumadinho não foi acidente, tampouco fatalidade.**

de Mariana. É indispensável uma maior rigidez da atividade mineral e, para tanto, o fortalecimento da Agência Nacional de Mineração (ANM), assim como das demais agências reguladoras.

## A vida humana, a fauna e flora merecem respeito.

O Cofecon lamenta que, após a queda da barragem de Mariana, um desastre como este tenha se repetido. As autoridades precisam agir rapidamente, pois o potencial de risco de novas ocorrências já foi sinalizado por especialistas. A vida humana, a fauna e flora que coabitam nesses locais merecem respeito.

A Vale foi privatizada em 1997 por irrisórios R\$ 3,3 bilhões, com financiamento subsidiado pelo BNDES e recebimento das chamadas “moedas podres”. Desde então, há questionamentos quanto à exploração de recursos minerais estratégicos do país por interesses privados e acionistas estrangeiros, que demonstram mais uma vez ter reduzida responsabilidade com a sustentabilidade ambiental, pouca consideração pela vida de seus próprios trabalhadores e da população da região em que opera. Dessa forma, deve ser retomado o debate sobre a reestatização de empresas que operam em setores estratégicos.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

# BRUMADINHO E OUTROS CRIMES E DESASTRES AMBIENTAIS E HUMANOS À LUZ DA PERÍCIA ECONÔMICA

Por Pedro Afonso Gomes

Os lamentáveis fatos recentemente ocorridos em Brumadinho, no Estado de Minas Gerais, infelizmente repetiram acontecimentos passados e, prevê-se, antecipa outros do mesmo naipe.

O modelo de negócios adotado pelas principais mineradoras do país, como se sabe, visando maximizar os lucros, não destina recursos suficientes para a prevenção de riscos ao meio ambiente e à população diretamente ligada à área que poderia ser atingida.

Como a sociedade não quer que o crime/acidente se dê é necessário que as penalidades por sua ocorrência representem valor muitas vezes maior do que aquele

calculado como gasto necessário para evitar ou minimizar os crimes/acidentes, assim quem pode vir a ser responsabilizado por eles terá estímulo para investir em cautelas que o evitem ou reduzam o seu impacto.

Nesse ponto é que a perícia econômica pode contribuir, e muito, para não apenas resolver as pendências do passado, como para inibir os eventos futuros de mesma natureza.

## A perícia econômica pode contribuir para inibir eventos como o ocorrido em Brumadinho.

### PEDRO AFONSO GOMES

Economista, pós-graduado em Mercado de Capitais, Direito Empresarial e Estratégias Empresariais. Consultor, Auditor, Avaliador, Perito Judicial e Extrajudicial em matéria econômica, financeira e relacionada à reestruturação e recuperação de empresas. Instrutor e palestrante em cursos e eventos para Economistas, Magistrados, Advogados, Empresários e Executivos. Coordenador Técnico do I Encontro Brasileiro de Perícia Econômico-Financeira (2007) e Coordenador Geral do II Encontro Brasileiro de Perícia, Avaliação e Auditoria Econômico-Financeira, Ex-Coordenador da Comissão de Perícia e Arbitragem, Conselheiro e Presidente do CORECON-SP, Ex-Conselheiro e atual membro da Comissão de Normas e Fiscalização e do Grupo de Trabalho Perícia Econômico-Financeira do COFECON. Diretor, Vice-Presidente de Comunicação e atual Presidente (até 2020) do Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo (SINDECON-SP).



Aqui é necessário oferecer alguns elementos sobre a natureza da perícia econômica e a sua função, em especial para os que não conhecem esse instrumento manejado pelo economista, em seu mister de contribuir com a sociedade na solução dos seus principais problemas.

*Perícia* vem do latim *Peritia*, que, na Antiguidade, já significava a atuação e o oferecimento de opinião técnica por parte de um especialista na matéria envolvida na contenda.

Sim: a contenda, a disputa, a divergência, a controvérsia entre ao menos duas partes é o ambiente próprio da perícia. Se não há contendores, talvez a atividade seja de consultoria ou de assessoria. Se há interpretações opostas ou não-coincidentes, a técnica a aplicar é a da perícia.

Necessita de um *perito* - ou *peritus*, em latim - todo aquele que quer esclarecer os fatos e as suas causas e consequências, para aferir eventual irregularidade de procedimentos, de quem é a responsabilidade por ela e qual o valor da indenização, da redução ou do ressarcimento a ser feito à parte prejudicada.

No âmbito judicial, há séculos a perícia contribui com magistrados e advogados na solução de conflitos, levando a esses agentes, que são especialistas apenas em Direito, os elementos técnicos que expliquem a realidade dos fatos, a fim de que sejam aplicadas as normas legais sobre eles.

Já a perícia econômica, e muitas vezes a econômico-financeira, vem sendo utilizada em maior escala nas últimas décadas, por uma simples razão: já não é suficiente extrair números e valores de um livro de registros, pois o mundo tornou-se mais complexo, as relações entre as empresas, as pessoas, as instituições e os governos ganharam contornos em que pouco ou nada é pacífico, sempre existindo novas interpretações que podem iluminar o objeto da causa ou da perícia.

**O economista é formado para enxergar a floresta, não a árvore isoladamente.**

Como sabemos, o economista é formado para enxergar a floresta, não a árvore isoladamente, e sua visão global ajuda a compreender o que influencia ou ocorre com essa determinada árvore.

Existem centenas de situações diferentes que recomendam, para a solução de conflitos de interpretação, a adoção das técnicas da perícia econômica e, mais ainda, da perícia econômico-financeira.

Uma das definições de perícia econômica poderia ser: o oferecimento de subsídios técnicos, científicos e práticos sobre os fatos em exame, causas e consequências, danos, custos e perda de oportunidades, a partir da teoria e das técnicas da Ciência Econômica aplicadas ao caso concreto.

E o que isso tem a ver com Brumadinho e outros crimes e desastres ambientais e humanos?

Não há como negar que os fatos lá ocorridos tiveram consequências prejudiciais, presentes e futuras, da maior gravidade para pessoas, famílias, comunidades, municípios e meio ambiente.

A primeira reação, normal a nós que ainda não fomos desumanizados, é pensar nas centenas de mortos, adultos e crianças de diversas idades, que estavam no local por obrigação ou lazer, e que tiveram sua vida ceifada, e junto com ela a oportunidade de desenvolver-se plenamente.

Entretanto, as vidas dessas pessoas entrelaçam-se com, por vezes, centenas de outras que permaneceram vivas, e que dependiam, em maior ou menor grau, daqueles que foram vitimados pelo crime/desastre.

O exemplo mais simples é o do provedor de uma família que veio a falecer. Dele dependiam, digamos, esposa que se dedicou à educação dos filhos e afastou-se do mercado de trabalho, três filhos que ainda estão nos primeiros anos da escola formal, pai, mãe, sogro e sogra que no presente ou no futuro precisariam dessa pessoa que morreu para sobreviver, seja do ponto de vista material como sob o aspecto de amparo psicológico e afetivo.

Com maior ou menor grau de conforto material e não-material, o equilíbrio familiar estava constituído considerando a participação desse provedor, por muitos anos, supostamente.

Tendo ele falecido em razão de crime ou desastre provocado por culpa da mineradora, a fonte de renda da família cessou de imediato. Mas não só, porque a representatividade emocional e espiritual de sua presença poderia ser a verdadeira força motriz daquele núcleo familiar.

Quanto vale isso? A parte relativa ao sustento não é difícil de medir. Já o dano psicológico, em princípio imensurável em sua plenitude, só se pode aferir economicamente pelos seus reflexos, ou seja, tentando medir concretamente o quanto a vida de cada um dos sobreviventes terá seu ritmo retardado ou prejudicado pela ausência do provedor.

Essa discussão menos complexa é aquela que se vai ver nos próximos meses e anos. Será resolvida a indenização devida a cada família, e os peritos economistas que

auxiliarem o Juízo e as partes envolvidas poderão contribuir significativamente para a solução da contenda

Outrossim, é necessário pensar em quais serão as consequências do crime/desastre para a vida daqueles que sobreviveram, tendo ou não pessoas mortas em suas famílias.

**É necessário pensar nas consequências do crime/desastre para a vida dos sobreviventes.**

Não é preciso dizer que cidades, residências e estabelecimentos foram destruídos, rios foram de tal forma poluídos que são inviáveis para abrigar qualquer forma de vida.

Como sobreviverão os que, antes, tinham seu sustento derivado da atividade econômica existente em Brumadinho?

Ao longo das margens dos rios em que não há mais vida residiam famílias de pescadores que, por si ou por seus ancestrais, praticavam a pesca há séculos, de modo que outro ofício elas não sabem exercer. Quanto custará realocar e treinar essas pessoas para que ganhem a vida em outras atividades econômicas?

Esse seria um segundo tipo de perícia econômica: após a montagem de um projeto hipotético de realocação produtiva das pessoas atingidas, projetar custos de treinamen-



**Como sobreviverão os que, antes, tinham seu sustento derivado da atividade econômica existente em Brumadinho?**

Foto: Corpo de Bombeiros/ Divulgação

to e adaptação e infraestrutura necessária, renda para que sobrevivam até a maturidade do empreendimento, pois, afinal, o que tinham antes deve ser repostado, já que não foi sua a culpa pela perda.

Há, também os que, aparentemente, não foram atingidos pelos lamentáveis acontecimentos: são aqueles cujas casas e estabelecimentos não foram destruídos pela lama, mas que tiveram reduzido o valor dos seus bens ou estabelecimentos.

Como concluir se sofreram ou não consequências do crime/desastre? Recorra-se novamente à perícia econômica!

O fato é que, nesse caso, é preciso estabelecer uma ligação de causa e consequência entre os fatos ocorridos e a nova situação em que vivem: seu patrimônio teve seu valor reduzido por conta do crime/acidente? As suas operações comerciais e industriais diminuíram ou apresentam menor rentabilidade pelo mesmo motivo? Ou há outros fatores que influíram nessas perdas e nada têm a ver com a lama?

Um economista perito poderá reconstruir a situação anterior e qual era o valor do patrimônio e dos negócios de cada um dos possíveis atingidos, estabelecendo o patamar em que estavam, em termos econômicos.

Em seguida, é necessário valorar economicamente o patrimônio e os negócios dos envolvidos, apurando-se, por consequência, quanto eles perderam ou que, razoavelmente, deixaram de ganhar.

Certamente, haverá outras perdas e outros danos que não estão abordados no presente artigo, e que o exame concreto da situação poderá indicar como relevantes, para fins de apuração e indenização.

O fato é que a realização de perícia econômica em casos

como esse poderá evidenciar que os valores econômicos que as pessoas, empresas e governos perdem não são só aquelas, à primeira vista, relacionados diretamente às famílias enlutadas.

Ao contrário, exceto a vida humana em si, todo o resto o que se relaciona aos danos causados pelo crime/acidente pode ser mensurado economicamente.

E não se trata apenas de punir, embora tal seja necessário e justo, tendo em vista de que muitos perderam pela ação de poucos.

O que se quer conseguir, pela perícia econômica e a penalização que deve seguir-se, é mostrar a verdade sobre as causas e consequências dos crimes e desastres ambientais e humanos, e, assim, incentivar aqueles que têm responsabilidade pela gestão de empreendimentos que apresentem riscos sociais relevantes, a investir na prevenção de tais fatos, para que ele não ocorram ou sejam reduzidos muito significativamente.

**Não se trata apenas de punir, embora seja necessário e justo.**

O episódio de Brumadinho, embora com suas inegáveis nefastas marcas que deixa na história do Brasil, poderá ser um divisor de águas, no sentido de mudar o enfoque dado à atividade empresarial e o seu papel social, em enfoque amplo.

De tudo, percebe-se a importância, para a sociedade, da atuação competente do economista perito, não apenas em casos entre particulares, mas em processos envolvendo questões que sensibilizam sobremaneira a nação, mas não vão muito além disso, em termos de penalização, inclusive pecuniária, para os que deixaram de cumprir suas obrigações, e que, de outro modo, tendem a só se preocupar em auferir os benefícios da atuação empresarial sem risco.

## O QUE ESPERAR DE 2019?

Por Manoel Castanho  
e Natália Kenupp



**N**os últimos dois anos a economia brasileira experimentou um crescimento que, embora tenha sido baixo, pelo menos tirou o País do quadro de recessão. Entretanto, ainda falta muito para que o Brasil se recupere do tombo sofrido em 2015 e 2016. A expansão de 1,0% em 2017 e 1,1% em 2018 fez com que a atividade econômica superasse o nível exibido em 2011 – há sete anos, portanto.

Os olhares, então, voltam-se para 2019. O ano encontra o Brasil com um novo governo, de orientação oposta ao que venceu as quatro eleições anteriores. Paulo Guedes, economista com mestrado e doutorado obtidos na Universidade de Chicago, tornou-se Ministro da Economia – ministério criado a partir da fusão das pastas da Fazenda, do Planejamento e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Mas o que esperar da economia brasileira para 2019? Na edição de 04/01/2019 do boletim Focus (pesquisa de mercado divulgada semanalmente pelo Banco Central) os analistas consultados esperam que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresça 2,53% neste ano. No entanto, um otimismo semelhante (2,69%) também foi apresentado pelo mercado no primeiro boletim Focus de 2018, mas o desempenho econômico do ano foi de apenas 1,1%.

“Ainda é cedo para que qualquer previsão numérica possa ter o mínimo de precisão”, comenta o economista Ubiratan Iorio, diretor acadêmico do Instituto Mises Brasil, doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas e Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. “Embora o caminho apontado pela equipe econômica do governo seja o melhor possível, é forte a sua dependência de decisões que escapam ao controle meramente técnico, porque dependem essencialmente de decisões do sistema político, do Congresso. O que é

possível afirmar é que, se esse caminho se concretizar, a recuperação da nossa economia será líquida e certa e, além disso, sustentável”.

Clóvis Scherer, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Erasmus de Rotterdam (Holanda), ainda não vê a economia brasileira superando a recessão de 2015 e 2016: “Com as taxas atuais de desemprego extremamente elevadas e caindo vagarosamente, com o hiato de produto expressivo (3,4% em estimativas do IPEA no fim de 2018) e com restrições ao gasto público em investimento ou em políticas públicas de promoção do emprego, é difícil acreditar que a recuperação econômica será significativa a ponto de compensar a recessão dos últimos anos”, analisa. “Se o presidente focar em ações exclusivamente relativas ao ajuste fiscal, desconsiderando a importância do papel do Estado na criação de políticas de geração de empregos e de incentivo ao desenvolvimento dos setores mais produtivos da economia, pode produzir um mandato de crescimento lento, deixando para seu sucessor um país de economia sem dinamismo interno, dependente ainda mais da exploração de recursos naturais. No cenário internacional, a tensão regional pode levar investidores a pensar duas vezes em investir. E a taxa de juros reais continua elevada, apesar de nominalmente estar em um patamar historicamente baixo”.



“Eventos como a greve dos caminhoneiros podem ocorrer e afetar o crescimento da economia brasileira.” - Clóvis Scherer

## **A boa teoria econômica sempre ensinou que o controle da inflação é uma condição necessária, mas não suficiente, para o crescimento de longo prazo da economia”. - Ubiratan Iorio.**

De fato, a taxa básica de juros iniciou o ano em 6,50%. Nominalmente, trata-se do mínimo histórico, e a previsão do mercado, conforme o boletim Focus divulgado no dia 01/03, é de que permaneça neste nível até o fim do ano. Na mesma data, a previsão de inflação para 2019 foi de 3,85% - pouco abaixo da meta estabelecida pelo Banco Central, que é de 4,25% com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. Os economistas ouvidos concordam que juros e inflação não serão uma preocupação para este ano – mas fazem algumas ressalvas.

“Eventos como a greve dos caminhoneiros podem ocorrer, e esses indicadores também dependem de movimentações no resto do mundo”, aponta Scherer. “A economia brasileira está crescendo muito vagarosamente e a taxa real de juros não favorece uma retomada mais acentuada. A inexistência de pressão inflacionária poderia levar o Banco Central a ajustar a política

monetária sem prejuízo de manter a inflação dentro da meta”.

“A inflação sempre é uma preocupação, porque é a grande inimiga do crescimento de longo prazo, autossustentado. A boa teoria econômica sempre ensinou que o controle inflação é uma condição necessária, mas não suficiente, para o crescimento de longo prazo da economia”, afirma Iorio. “Dadas as condições atuais, caso a política econômica proposta pelo governo tenha sequência e o Congresso lhe dê a sustentação fiscal necessária, inflação e juros certamente não estarão entre as preocupações maiores neste ano”.

O componente político, mais especificamente a relação com o Congresso Nacional, terá uma grande importância para o governo de Jair Bolsonaro. Embora tenha eleito a segunda maior bancada da Câmara dos Deputados, com 52 deputados federais, o Partido Social Liberal (PSL) ficou praticamente isolado quando, no dia 19 de fevereiro, foi derrubado naquela casa o decreto assinado pelo vice-presidente Hamilton Mourão que alterava as regras de aplicação da Lei de Acesso à Informação e aumentava o número de autoridades que poderiam impor sigilo a dados públicos.

“Na montagem do governo e

neste início de mandato houve idas e vindas, nomeações questionáveis quanto à competência técnica, atritos políticos com a própria base de apoio, acusações de crimes eleitorais dirigidas a ministros e a pessoas muito próximas ao Presidente. Então, está sendo um começo turbulento”, comenta Scherer. “Isso pode evoluir negativamente somando-se ao desgaste natural de todo mandatário. Ainda mais este, que vem com uma agenda dura sobre a população, como na reforma da previdência”.

“Não há dúvida de que o grande perigo é uma eventual rejeição por parte do Congresso às reformas propostas por Paulo Guedes e sua equipe e, dentre essas, a reforma da previdência que ora vem sendo discutida pelos parlamentares”, opina Iorio. “Muitas reformas precisam ser feitas, mas a da previdência é de fato a mais importante”.

A proposta, enviada pelo governo à Câmara dos Deputados em fevereiro, aumenta a idade mínima para aposentadoria, dá o direito a receber 100% do benefício apenas aos trabalhadores com 40 anos de contribuição, aumenta a idade e o tempo de atividade para a aposentadoria rural, cria um sistema de capitalização e altera o Benefício de Prestação Continuada, que atende

a idosos e pessoas com deficiência em situação de pobreza.

“Manter as regras previdenciárias atuais acarretará deterioração ainda maior das contas públicas, elevação da taxa de juros e forte redução do crescimento da economia resultando em acréscimo adicional dos gastos previdenciários de aproximadamente R\$ 1,1 trilhão nos próximos 10 anos”, argumenta Iorio. “Isso significa uma brutal ampliação do déficit público, que terá que ser financiada por elevação da dívida pública, aumentos de impostos ou simples emissão de moeda. A manutenção das regras atuais coloca em risco a aposentadoria dos brasileiros, principalmente das gerações futuras”.

Já na visão do economista do Dieese, a reforma da Previdência terá pouco ou nenhum efeito no crescimento da economia brasileira em 2019. “No discurso dominante, a reforma da previdência vai gerar um clima de confiança nos mercados quanto à solvência das contas públicas, pela trajetória futura da relação dívida/PIB, e isso vai estimular investimentos. Essa visão se baseia numa aposta sobre o comportamento dos investidores, não em uma garantia”, questiona Scherer. “E mesmo que fosse segura, é pouco provável que as expectativas do setor privado se transformem em

investimentos que tenham volume suficiente para, já em 2019, provocar mudanças significativas na trajetória do produto. Os efeitos pretendidos com a reforma para as contas do Governo Federal e dos Estados são de mais longo prazo e, pela regra do teto de gastos, não liberarão recursos para investimentos públicos e em infraestrutura. No esquema atual, só poderão ser destinados aos credores do Estado ou para redução na tributação, deixando de impulsionar a demanda agregada, que é um fator essencial para a retomada do crescimento”.

## **Quais setores seriam os responsáveis por puxar o crescimento econômico?**

Quais setores, então, seriam os responsáveis por puxar o crescimento econômico do Brasil em 2019? “Seriam necessários investimentos expressivos em infraestrutura que puxassem a indústria da construção e a indústria de transformação, ao mesmo tempo que aliviasses gargalos que afetam a competitividade sistêmica”, analisa Scherer. “Mas, da forma como está se orientando a política governamental, o país aumenta sua dependência do agronegócio, que corresponde a 20% do PIB brasileiro e que, nos últimos anos, teve crescimento bem superior

aos demais setores econômicos”.

“O que importa é que tenham seguimento as reformas liberalizantes, no sentido de fortalecimento do empreendedorismo, da produtividade, da redução da intromissão do Estado nas liberdades individuais, do enxugamento do setor público, da redução da carga tributária, da desburocratização, entre outras”, contrapõe Iorio. “Se essa agenda liberal for cumprida, o Brasil passará finalmente a olhar para a frente e a economia a crescer como um todo, desde as atividades agrícolas mais simples até a prestação de serviços mais sofisticados. A guinada em favor da liberdade econômica que o governo vem iniciando só poderá beneficiar quem deve ser de fato beneficiado - os consumidores, os empreendedores, os indivíduos”.

Já num prazo maior, Scherer enxerga um risco: “A diminuição da relevância da indústria para o crescimento econômico brasileiro é preocupante, uma vez que um setor industrial pujante, em que há uso intensivo das tecnologias de ponta e que emprega trabalhadores qualificados, é fundamental para o aumento da produtividade brasileira a longo prazo, o que teria impactos visíveis e crescentes no crescimento do PIB”, explica.

# PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA PARA 2019

Por Julio Manuel Pires<sup>1</sup>

Fazer previsões constitui, para o economista, sina e infortúnio. Sina porque a sociedade cobra-nos constantemente o exercício de nossos poderes adivinhatórios e infortúnio porque a possibilidade de ocorrência de desacertos nas previsões tem apresentado, ao longo da história – recente e longínqua –, um nível razoável de consistência. Mas, como já sabiam os gregos antigos, rebelar-se contra o destino constitui tarefa ociosa, portanto, nada nos resta senão nos submetemos a ele.

Todavia, cabe notar – e isso torna nossa tarefa bem mais desprezível – que não se trata aqui de tentar apontar os presumíveis números dos principais indicadores macroeconômicos de 2019 – tal tarefa é realizada de forma muito mais competente pelos colaboradores do Boletim Focus, cujos números iremos utilizar como referências –, mas sim tecer algumas considerações sobre os fatores que podem condicionar nosso desempenho econômico nos próximos meses, sobretudo no que diz respeito às principais variáveis macroeconômicas como PIB, desemprego, inflação, contas públicas e setor externo.



<sup>1</sup>JULIO MANUEL PIRES

Doutor em Economia pela FEA-USP e Professor do Departamento de Economia da FEA-RP/USP e do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política da PUC-SP.

Parece não haver dúvida quanto à melhoria do desempenho da economia brasileira em 2019 relativamente aos dois anos anteriores. Mas isso não é dizer muito. Depois de dois anos de recessão profunda – que se seguiu à estagnação de 2014 –, tivemos, em 2017 e 2018, uma recuperação extremamente modesta, 1,0% e 1,3%<sup>2</sup>, respectivamente.

A existência de condições elementares para um crescimento maior do que o ocorrido nos anos anteriores são facilmente perceptíveis: elevado nível de ociosidade da economia, alta taxa de desemprego, inflação sob controle, nível de reservas internacionais elevado e bom desempenho da balança comercial.

## A perspectiva é que o nível da Selic permaneça em patamares semelhantes aos atuais.

Por conta de uma sólida ancoragem das expectativas inflacionárias e do elevado nível de desemprego, um fator que poderia colaborar para uma recuperação mais célere da economia seria o comportamento da política monetária. Alguns analistas acreditam que haveria espaço para o Banco Central promover novas reduções da Selic. Todavia, tal possibilidade configura-se como remota, em vista do sobejo conservadorismo que caracteriza a atual diretoria do BACEN.

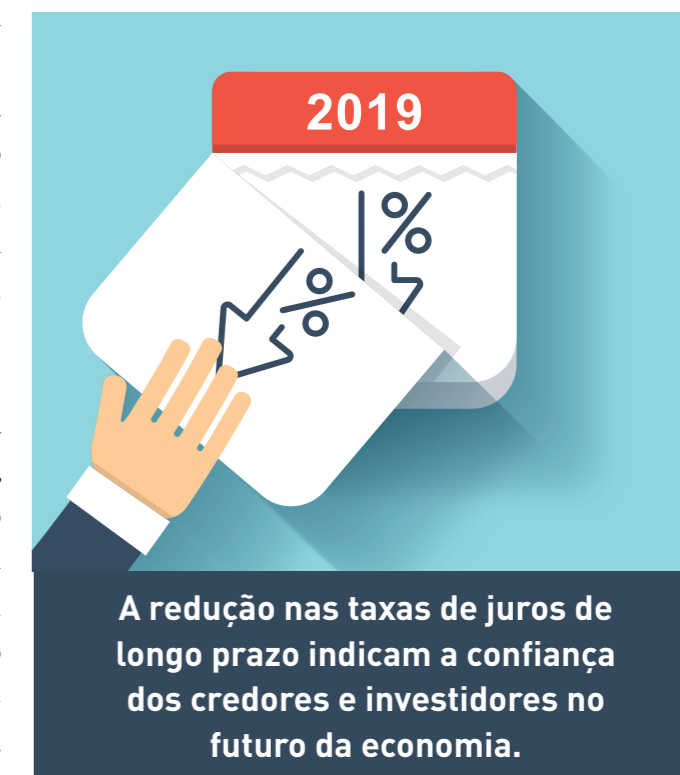
Desse modo, a perspectiva para 2019 é que o nível da Selic permaneça em patamares semelhantes aos atuais, abrindo-se mão, portanto, de um instrumento oportuno e relevante para a reativação da economia. Além de seu impacto positivo sobre o déficit público nominal, o qual afinal de contas é a variável determinante da evolução da dívida pública, e não o resultado primário, importante também, mas que constitui apenas uma parte do problema.

<sup>2</sup>. Embora ainda não tenhamos o dado oficial para 2018, esta é a estimativa mais provável.

Um outro indicador positivo relevante no que toca à política monetária diz respeito à redução observada nas taxas de juros de longo prazo, que se constituem como um dos melhores indicadores da confiança dos credores e dos grandes investidores acerca do comportamento futuro da economia. Desde meados de dezembro, num movimento que se acentuou no início de 2019, essa taxa vem se reduzindo, o que indica uma certa confiança quanto à aprovação de pelo menos algumas medidas que levarão à melhoria da situação das contas públicas.

De forma consistente com esses indicadores, tivemos a alta expressiva da Bolsa de Valores, que já tinha acumulado um ganho de 15% no ano passado, num movimento ascendente que se intensificou no primeiro mês de 2019.

Logo, a viabilidade do crescimento do PIB acima do produto potencial apresenta-se como inequívoca. Todavia, não é essa a previsão da maioria dos analistas, os quais apostam que essa potencialidade não deve se consumir.





Se levarmos em consideração a média das expectativas de expansão do PIB, denotadas no Boletim Focus (08/02/2019), os 2,5% esperados para 2019 constituem uma estimativa abaixo do potencial de crescimento. Conquanto alguns economistas mais otimistas considerem 3,5% uma taxa mais provável, cabe observar que esse limite superior de expectativas decresceu um ponto percentual desde o momento da eleição de Bolsonaro (quando o “cenário PT” deixou de constar no horizonte).

### **Previsão da maioria dos analistas não aposta no crescimento do PIB acima do produto potencial.**

A despeito do auspicioso empuxo externo, representado pelos saldos expressivos observados na balança comercial, sobretudo desde 2016, e a expectativa de que esse resultado se reproduza em 2019 – com um saldo positivo superior a US\$ 50 bilhões – a melhoria no desempenho do nível de produção e emprego vem mostrando uma resiliência notável.

Dois fatores fundamentais associados a essa recobro hesitante e às expectativas modestas dos analistas, sem dúvida alguma, encontram-se atrelados, sobretudo, à modestíssima recuperação da produção industrial e do investimento como um todo.

### **Dados do IEDI sobre a produção industrial são preocupantes.**

Quanto à produção industrial, os dados divulgados pelo IEDI no início de fevereiro são bastante elucidativos e preocupantes. A recuperação da produção industrial – cujas perspectivas eram otimistas há um ano atrás – foi perdendo força ao longo de 2018, fazendo com que o crescimento do PIB industrial que alcançou 2,5% em 2017, se restringisse a menos da metade no ano passado, 1,1%. O cotejo do último trimestre de 2018 com igual período do ano anterior evidenciou uma queda de 1,1% na produção industrial. A greve dos caminhoneiros em maio e a crise na Argentina por certo colaboraram para o quadro de desaceleração, mas não o explicam. Segundo os autores do documento do IEDI, “na raiz disso está um quadro político e econômico que pouco deu segurança para decisões importantes de investimento e consumo, o emprego, que reage muito precariamente, uma recomposição apenas parcial das condições de financiamento no país, uma agenda de investimentos em infraestrutura que não deslancha”<sup>3</sup>.

Uma variável que seguramente colabora – ainda que de forma acessória, mas que não pode deixar de ser mencionada – para o nível de incerteza sobre o crescimento da economia brasileira tem a ver com o contexto internacional.



**O contexto internacional também colabora para a incerteza sobre o crescimento da economia brasileira.**

<sup>3</sup>. [https://iedi.org.br/artigos/top/analise/analise\\_iedi\\_2019\\_industria.html](https://iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_2019_industria.html).

Em relação à economia americana, a perspectiva mais provável é que, devido ao pacote de redução de impostos promovido por Donald Trump e ao aumento do déficit público daí resultante, o PIB deve continuar se expandindo acima do produto potencial, reduzindo a taxa de desemprego, o que, somado às políticas protecionistas, deve impactar sobre os índices inflacionários, tornando inevitável a atuação do FED no sentido de elevar a taxa de juros. Este fato, dependendo de sua intensidade, pode trazer consequências perversas para a economia mundial, afetando negativamente nosso desempenho.

Se, de um lado, temos esse quadro conjuntural relativamente indefinido, o outro conjunto de variáveis que repercute – talvez de forma mais incisiva – sobre as perspectivas de crescimento da economia brasileira estão relacionados às reformas econômicas.

### **A realização de reformas trabalhistas são determinantes para o desenvolvimento da economia brasileira.**

Se considerarmos como válidas as avaliações da ampla maioria dos economistas brasileiros, as expectativas quanto ao desempenho futuro da economia brasileira – em 2019 e nos anos vindouros –, encontram-se fundamentalmente atreladas a uma palavra: reformas. A realização ou não de determinadas reformas liberais – e o ímpeto com a qual elas se realizem –, afiguram-se como determinantes para o evoluir imediato da economia brasileira segundo os analistas. Tais reformas incluem mudanças na legislação trabalhista, maior abertura da economia, privatizações, alterações na legislação tributária e, especialmente, a reforma da Previdência Social.

<sup>4</sup>. Vale lembrar que a meta de déficit primário aprovada pelo Congresso Nacional para 2019 é de R\$ 139 bilhões. Uma possibilidade levantada recentemente pelo Ministro da Economia para tentar equacionar a crise fiscal de forma drástica seria implementar o chamado “orçamento de base zero”, mediante o qual, a cada ano, todas as rubricas do orçamento seriam renegociadas, deixando de considerar qualquer patamar de gasto preestabelecido. Todavia, as resistências políticas e dos diversos grupos de pressão que certamente se anteporiam a tal proposta, assim como as alterações constitucionais exigidas, parecem-nos muito expressivas, as quais findariam por inviabilizar sua execução.

É absolutamente impossível fazer qualquer análise sobre a situação atual de crise da economia brasileira e de suas perspectivas em 2019, nos próximos anos (ou mesmo décadas) sem que o tema da reforma da previdência social assumia papel crucial. A necessidade de se promover algumas mudanças substanciais no sistema previdenciário brasileiro afigura-se hoje como medida incontroversa pela grande maioria dos analistas econômicos e por toda a mídia especializada. A ideia de que “o Brasil vai quebrar” e se tornar ingovernável – com consequências nefastas do ponto de vista inflacionário e do crescimento econômico – se nada for feito tornou-se praticamente consensual.

Os dados sobre as contas públicas referentes a 2018 apontam para uma pequena redução dos déficits relativamente ao ano anterior. O déficit primário do setor público consolidado atingiu R\$ 108,3 bilhões (equivalente a 1,57% do PIB), o qual, somado aos gastos de R\$ 379,2 bilhões com juros (5,52% do PIB), fez com que o déficit nominal chegasse a R\$ 487,4 bilhões, correspondente a 7,09% do PIB, patamar inferior aos dos anos precedentes, mas sob qualquer parâmetro, ainda muito elevado. Em relação ao estoque da dívida pública, a estimativa é que ela tenha alcançado 77,3% do PIB no final de 2018 e que, segundo o Plano Anual de Financiamento para a dívida pública, publicado recentemente pelo Tesouro Nacional, ela venha a representar 78,2% do PIB no final deste ano.<sup>4</sup>

A promessa de reduzir a zero o déficit primário ainda no ano de 2019, proclamada por Paulo Guedes durante a campanha eleitoral – e ainda mantida em declarações recentes –, caracteriza-se por um notório irrealismo, o qual foi recentemente explicitado pelo Secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, quando descartou a possibilidade de tal ajuste. Segundo ele, o que o governo

pode e deve fazer esse ano é aprovar medidas que venham a evidenciar a mudança de trajetória dos gastos e um ajuste gradual das contas públicas, o que já se constituiria como estímulo suficiente para uma importante retomada dos investimentos por parte do setor privado.

Relativamente ao conjunto mais amplo de reformas na área tributária, pouco se avançou até o momento, o que coloca sérias dúvidas quanto à sua efetivação nos próximos meses e muito mais ainda relativamente a seus efeitos em 2019. O mesmo se pode dizer relativamente às possibilidades de concretização do processo de privatização. Neste caso, as resistências dentro do próprio governo, pelo menos no que tange às grandes empresas públicas, constitui-se numa variável nada desprezível.

Em outras palavras, em vista da situação crítica das contas públicas nos últimos anos e a ausência de perspectivas quanto a melhorias nesse quesito ainda em 2019, grande parte dos investidores – nacionais e internacionais – encontram-se em compasso de espera, ainda aguardando uma definição mais precisa do que de fato poderá ser realizado pelo novo governo.

Decerto, não há qualquer dúvida quanto às intenções de Paulo Guedes e de sua equipe econômica de efetivar o mais rapidamente possível essas reformas. Todavia, não há a mesma garantia quanto ao nível de comprometimento do Congresso Nacional, de determinados setores do governo

e do próprio presidente em relação às reformas. Em vista desse quadro, há uma certa percepção disseminada de que algumas reformas vão avançar, mas nenhuma convicção estabelecida quanto à dimensão efetiva que elas vão alcançar.

Todavia, cabe destacar que se a perspectiva liberal se revela hegemônica, ela não se caracteriza como exclusiva. Para alguns economistas, que compartilham de uma perspectiva teórica menos vinculada ao mainstream, algumas das medidas em pauta atualmente poderiam se constituir muito mais como obstáculos do que como alavancas para a retomada do crescimento econômico. Estamos a nos referir à maior abertura da economia brasileira e à nova rodada de desregulamentação do mercado de trabalho.

Em relação a uma nova rodada de redução de alíquotas de importação – complementando a abertura comercial iniciada na primeira metade dos anos 1990 – seu resultado, embora possa até vir a promover ganhos de eficiência a médio e longo prazo, incute uma grande probabilidade de trazer resultados negativos sobre o nível de renda e emprego a curto prazo, em vista da impossibilidade de pronta reação de diversos segmentos produtivos que seriam afetados.

### **Desregulamentação e supressão de alguns direitos trabalhistas tem como objetivo reduzir o custo da mão de obra.**

Uma outra contestação que pode ser feita às políticas que se pretende implementar no governo Bolsonaro como forma de melhorar o desempenho da economia e, sobretudo, reduzir o desemprego diz respeito à maior desregulamentação e à supressão de alguns direitos trabalhistas. O objetivo óbvio é o de reduzir o custo da mão de obra, visto como um expediente eficaz para

aumentar a demanda no mercado de trabalho e, portanto, reduzir o desemprego. Conforme assertiva do presidente Bolsonaro, o Brasil é “um país de direitos, mas que não tem empregos”.

Assim, para que mais empregos possam ser criados seria imprescindível a eliminação de algumas salvaguardas legais que encarecem o custo da mão de obra. Tal proposta para amenizar a crise no mercado de trabalho alinha-se a uma concepção teórica que considera que a variável fundamental na determinação da demanda de trabalho seja o custo do fator trabalho.

O que ocorre, no entanto, é que tanto o nível de emprego a curto prazo – e as decisões de investimento a ele atrelado – depende essencialmente da taxa de lucro prospectiva dos empresários. E esta, por sua vez, embora tenha na conjectura relacionada aos custos de produção – entre os quais o salário constitui parcela relevante – um de seus determinantes, encontra nas expectativas de demanda seu móvel mais relevante. Nesse sentido, eventuais medidas que venham a depreciar ainda mais os salários terão o efeito muito mais provável de elevar a taxa de lucro e, por consequência, a concentração de renda, agravando ainda mais nosso quadro de desigualdade, contribuindo para refrear a demanda agregada e operando como variável contraproducente no tocante à criação de mais oportunidades de trabalho e de expansão da renda.

Por fim, cabe considerar que uma outra variável importante para definir o estado de expectativas dos empresários está relacionada à maior ou menor credibilidade que se possa emprestar à política econômica.

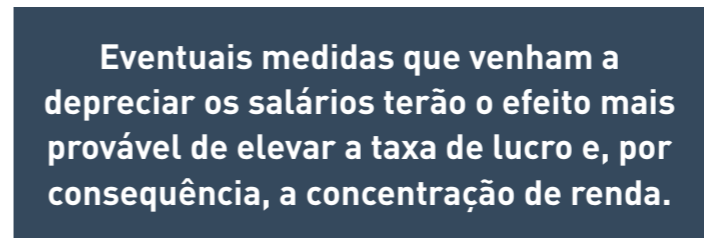
Nesse sentido, em que pese o espetáculo disparatado e burlesco encenado pelo núcleo olavista/familiar do governo Bolsonaro, isso parece não ter carreado suspeição sobre a política econômica a ser encetada. A equipe econômica comandada por Paulo Guedes parece, pelo menos por ora, estar blindada relativamente aos demais núcleos de poder, à exceção, talvez, dos militares. Provavelmente, o grande embate a ser travado pelos “oldies boys” seja junto ao poderoso núcleo militar, cujo viés mais intervencionista e nacionalista pode vir de encontro a algumas propostas da equipe econômica.

### **Prognósticos relativos ao desempenho da economia brasileira mostram-se comedidos.**

Assim, em virtude da dubiedade que cerca as perspectivas de reformas econômicas consideradas essenciais pela maioria dos analistas econômicos, os prognósticos relativos ao desempenho da economia brasileira mostram-se comedidos, o que certamente afeta negativamente as expectativas dos investidores internos e externos. Tal fato, alinhado às eventuais implicações negativas de algumas das reformas propostas – se efetivadas – e a relutância do BACEN em adotar uma postura mais favorável ao crescimento, faz-nos antever mais um ano de crescimento diminuto, inferior ao nosso potencial e muito aquém do necessário para ao menos aliviar as condições desoladoras dos mais de doze milhões de desempregados.



**Reforma da Previdência Social assume papel crucial nas análises sobre as perspectivas da economia brasileira em 2019.**



**Eventuais medidas que venham a depreciar os salários terão o efeito mais provável de elevar a taxa de lucro e, por consequência, a concentração de renda.**

# REFORMA DA PREVIDÊNCIA: APRENDENDO COM A EXPERIÊNCIA DE OUTROS PAÍSES E COM A NOSSA TRAJETÓRIA

Por Milko Matijascic

Países em desenvolvimento que criam instituições de seguridade social buscando a proteção das famílias enfrentam desafios ainda não solucionados pelas políticas públicas. As situações podem ser as mais diversas; no entanto, pode-se concluir que, no geral, a demanda por tais serviços é alta e a capacidade contributiva da média dos trabalhadores é diminuta. Períodos caracterizados por baixo desempenho econômico tendem a gerar problemas financeiros nos sistemas de previdência, pois existe um aumento da demanda por benefícios e a desaceleração econômica não eleva os níveis da arrecadação.

## MILKO MATIJASCIC

Doutor e Mestre em Economia pela Unicamp, onde atuou como pesquisador (1995–2003). Foi chefe da Assessoria da Presidência do IPEA (2008–2011) e assessor especial do ministro da Previdência (2004–2005). Atua como diretor de Pesquisa sobre a política social nos BRICS para a AISS, onde integra o Comitê Editorial da Revista Internacional de Seguridade Social desde 2008 (conceito A2 no Qualis CAPES). Atua, ainda, como consultor para organismos brasileiros e internacionais de governo e da iniciativa privada com destaque para o Federal Reserve Bank dos EUA e a Universidade de Lausanne – Suíça. Atuou regularmente como colaborador ou consultor da ANFIP e de entidades de representação dos servidores públicos.



**Períodos com baixo desempenho econômico tendem a gerar problemas financeiros nos sistemas de previdência.**



Embora a descrição inicial seja aceita pela maioria dos especialistas, as propostas de reforma não são consensuais. Aqueles favoráveis às políticas inspiradas pelo Consenso de Washington acreditam que o problema-chave é a estrutura dos sistemas de previdência tradicionais, que estimulam o comportamento oportunista dos segurados e não atrelam a taxa de reposição dos benefícios ao montante total de contribuições de forma estrita.

Do ponto de vista do Consenso de Washington, promessas generosas de benefícios deram origem a pesados ônus fiscais. Este círculo vicioso poderia ser interrompido por reformas paradigmáticas baseadas na lógica de mercado. Estes argumentos engendraram reformas da previdência com base em contas previdenciárias individuais capitalizadas (CPI). Os benefícios decorreriam da acumulação de ativos e da redução do comprometimento fiscal do governo, visto que estes regimes não estavam baseados na solidariedade social entre gerações, como os regimes de repartição. Não existe uma abordagem única para as reformas paradigmáticas. Existem diversos sistemas, a saber:

- Único a adesão ao sistema é obrigatória. Os fundos são geridos por agências privadas supervisionadas por uma agência governamental. Este sistema substitui completamente o sistema de repartição existente;

- Misto integrado, o sistema de capitalização individual coexiste com o sistema de repartição; e,
- Misto em concorrência há concorrência entre o sistema de capitalização individual e o sistema de repartição.

A alternativa para a reforma da previdência foi a abordagem paramétrica, baseada na manutenção de todas as características básicas dos regimes previdenciários tradicionais, bem como na adaptação da legislação, com o intuito de tornar mais rigorosas as condições de elegibilidade, aumentando os esforços de contribuição ou reduzindo as taxas de reposição dos benefícios. Normalmente, houve uma combinação destas políticas para enfrentar as dificuldades. Os reformadores consideraram esta abordagem mais branda e do tipo incremental como uma solução realista, considerando que os custos de transição são inexistentes e que a solidariedade continua sendo um valor social.

Medidas de cunho paramétrico como a postergação da elegibilidade ou a adoção de fórmula de benefício que incluem um período maior de cotização também integram as reformas paradigmáticas, pois tais mudanças são necessárias para enfrentar problemas como o envelhecimento. Assim, a maioria dos países que promoveram as reformas paradigmáticas, adotaram medidas paramétricas em suas ações.

A situação dos sistemas previdenciários em países em desenvolvimento após a introdução de reformas paradigmáticas ou estruturais não apresentou os resultados esperados pelos defensores desse tipo de abordagem. Ao avaliar os resultados, foi possível perceber que:

- a gestão se revelou onerosa e ineficiente;
- a cobertura de contribuintes não aumentou;
- os custos de transição foram muito maiores que os previstos, deteriorando as finanças públicas;
- não existe nenhuma evidência que a poupança tenha aumentado;
- os mercados de ações não absorveram a oferta de recursos de fundos previdenciários e os recursos foram desviados para a dívida pública; e

• os mercados de trabalho continuaram se caracterizando pela baixa formalização das relações de trabalho e por níveis reduzidos de densidade de contribuições.

Esse cenário remete a Stiglitz e Orszag (1999), pois os autores mostraram não ser possível comparar sistemas em operação com sistemas hipotéticos, como os apresentados pelos reformadores à opinião pública. Quando a reforma paradigmática entrou em vigor, problemas como os riscos de default, passaram a integrar o universo de preocupações, sem eliminar nenhuma das que já existiam. O quadro 1 apresenta os movimentos de reformas das reformas decorrentes de reformas paradigmáticas, diante dos problemas apresentados na realidade daqueles países que adotaram opções análogas.

**Quadro 1 – medidas de reformas da reforma em países selecionados**

País	Ações de políticas públicas	Timeline
Chile	Novo pilar de solidariedade estatal, protesto em massa contra DC	2017
Peru	Manter 95% dos fundos como montante fixo na aposentadoria	2016
Bulgária	Incentiva a mudança da CPI privada para o plano público	2015
Rússia	Governo desvia CPI, tornando-o voluntário	2014-15
Rep. Checa	Novo Governo encerra CPI que começou em 2013	2014
Polônia	Governo apreende títulos públicos (encerrando as atividades?)	2014
Eslováquia	CPI: contribuição reduzida de 9% para 4%	2012
Bolívia	Governo assume a gestão do sistema de CPI	2011-16
Hungria	Encerrado o Sistema de Contas Individuais	2011
Romênia	Governo reduz contribuição para CPI	2009
Lituânia	Contribuição de CPI reduzida de 5,5% para 1,5%	2009-11
Argentina	Encerrado o sistema de CPI	2009

Fonte: Ornstein (2013).

De acordo com o quadro 1, existem tendências inequívocas à reintrodução de componentes de solidariedade ou de sistemas públicos de previdência social, sobretudo ao considerar a deterioração da qualidade de vida das

populações idosas nos países que fizeram reformas. Houve uma tendência geral à perda da importância do pilar baseado em CPI, quando não se o encerramento dessa sistemática, como nos casos da Argentina, Hungria e República Checa.

**Quadro 2 – tipologia das reformas da reforma em países selecionados**

Consolidação: Segunda geração de reformas	Enfraquece as CPI	Elimina as CPI
Chile (2008) Colômbia (em processo) Uruguai (em processo)	Estônia (2009) Letônia (2009) Lituânia (2009) Polônia (2011) Eslováquia (2012) Romênia (2009) Peru (2016) El Salvador (2016)?	Argentina (2008) Hungria (2011) Polônia (2014) Rep. Checa (2014) Cazaquistão (2014) Rússia (2015) Bolívia (2011-2016)

Fonte: Ornstein (2013).

O quadro 2 revela que até 2016 uma parte dos países realiza uma segunda geração de reformas, consolidando as CPI, enquanto o maior número de países opta por enfraquecer esse pilar e um número quase igual decidiu eliminar o pilar das CPI. Cabe destacar que a eliminação do pilar das CPI envolve países mais assemelhados ao Brasil, com populações e territórios de maior envergadura.

### As reformas paramétricas voltaram a dominar o cenário mundial na virada do milênio após a derrocada da aventura paradigmática dos anos 1990.

Isso não significa que os sistemas públicos tradicionais, ainda que retificados por reformas paramétricas, tenham resolvido as questões históricas. A gestão costuma ser inepta em países em desenvolvimento e isso gera um

elevado custo com o pagamento de benefícios irregulares. Não é possível esquecer que a proporção de contribuintes em relação à PEA se manteve reduzida e o envelhecimento acelerado apresenta riscos para as finanças públicas, se não houver uma redução da informalidade. Apesar disso, como será observado de forma consensual na cena internacional, foram as reformas paramétricas que voltaram a dominar o cenário mundial na virada do milênio após a derrocada da aventura paradigmática dos anos 1990.

Um aspecto que merece uma atenção especial diz respeito à posição na ocupação dos trabalhadores. A previdência foi concebida para atender, primordialmente, a população assalariada. Decorre daí que as sociedades com maiores índices de assalariamento possuem um contingente mais elevado de contribuintes e mais elevado em termos de densidade das contribuições. (Tabela 1).

**Tabela 1.** Distribuição da população ocupada de 15 a 64 anos de idade segundo a posição na ocupação - em %

	Ano	Assalariados	Empregadores	Conta Própria	Economia Familiar	Não classificados
Brasil	122009	66,4	4,3	20,5	4,6	4,2
Rússia	2008	92,7	1,5	5,6	0,1	...
África do Sul	2011	84,5	5,4	9,3	0,8	...
Argentina	2012	77,0	4,0	18,5	0,5	...
Chile	2011	68,5	...	...	1,4	...
México	2011	66,3	...	...	6,1	...
Estados Unidos	2011	93,2	...	6,8	0,1	...
Alemanha	2012	88,4	4,7	6,3	0,5	...
Suécia	2012	89,5	3,8	6,4	0,2	...

Fonte: IPEA/ IBGE

Os dados da tabela 1 comprovam que um patamar maior de assalariamento terá por contrapartida um número mais elevado de contribuintes. Os países europeus e os EUA possuem maiores níveis de assalariamento que os demais. Os dados para a Rússia e África do Sul exigem atenção. O fato dos rendimentos possuírem valores menos elevados indica que a componente de seguro social clássico apresenta limitações. Decorre daí que a necessidade de prover benefícios sem contrapartida contributiva representa uma solução oportuna e sem viés assistencialista que começa a ganhar espaço em toda a parte.

Os países da América Latina selecionados apresentam índices de não assalariamento elevados. Nesses países, as dificuldades para empregar em ocupações assalariadas de longa duração ainda não se equiparam a países desenvolvidos. No caso de países da América Latina, o número de trabalhadores por conta-própria urbanos é elevado e contribui muito para fragilizar a situação de contribuinte. Essa é a principal razão para gerar mais dificuldades para a previdência e a reformas paradigmáticas ou paramétricas não conseguem contornar esse obstáculo que sempre marcou essas sociedades.

O debate envolvendo a temática previdenciária após os anos 1990 aumentou o nível de compreensão sobre o tema. A introdução do conceito de pilares é um avanço que se consolidou. Hoje todos sabem ser necessário reforçar o pilar de base e a utilização de tributos que não incidam somente sobre a folha salarial é uma prática necessária.

Se as contas individuais “à chilena” apresentam problemas importantes, isso não significa que deva haver uma repulsa à capitalização, pois ela permite constituir reservas para a transição demográfica e um apoio financeiro para períodos de menor nível de atividade, diminuindo os riscos das quedas de arrecadação que marcam as situações de crise.

Ao analisar o sistema de previdência em estudos de diversos matizes em vários países em desenvolvimento e focalizando a atenção no cenário brasileiro, é possível afirmar que a instituição é generosa em relação aos mais abastados e severa para aqueles que se inserem precariamente no mundo do trabalho. Para quem contribui regularmente, é possível se aposentar por volta dos 55 anos de idade com benefícios de valores



**Promover reformas sem considerar a precariedade do mercado de trabalho a benefícios terá por contrapartida a deterioração das condições de vida dos idosos.**

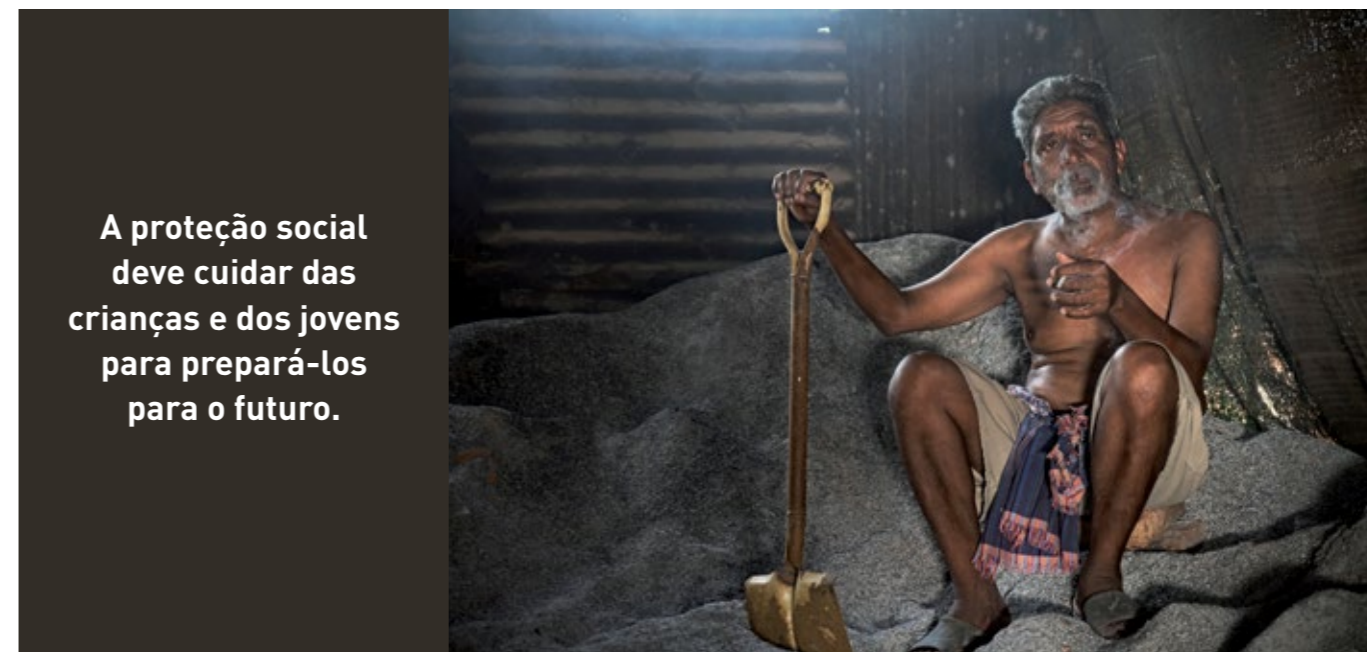
próximos aos salários pagos se esses proventos forem inferiores ao teto de contribuições. Nos países mais desenvolvidos e entre os nossos vizinhos, as regras são bem mais restritivas. Contudo, é preciso observar os segmentos populacionais de forma distinta.

Entre os segurados brasileiros com menores densidade de contribuição, as regras são severas, pois é preciso ter idade mínima e quinze anos de contribuição. Vários países não exigem carências conectadas às contribuições, utilizando, alternativamente, o tempo de trabalho, filiação ou mesmo residência. Esses mesmos países garantem o pagamento de um piso de benefícios sem relação à contribuição e sem testes de meios como no caso do BPC. Para os valores superiores àquele patamar vigora a lógica do seguro social. Para essas populações, o sistema de previdência brasileiro é severo, porque penaliza quem não pode contribuir devido à falta de respeito à lei por parte dos empregadores. Além disso, a fiscalização é precária por parte do Estado. Promover reformas com o objetivo de dificultar a elegibilidade, fixando uma idade mínima de 65 anos e exigindo 25 anos de contribuição sem considerar a precariedade do mercado de trabalho a

benefícios terá por contrapartida a deterioração das condições de vida dos idosos.

Para os trabalhadores rurais, a inexistência de dados mais sólidos sobre a duração do tempo de pagamento de benefícios é um problema sério. A utilização das tábuas de mortalidade apresenta problemas, se não houver focalização no mundo rural. Do contrário, a iniciativa distorce o instrumento para medir as estimativas de sobrevivência de uma população específica.

A equiparação da idade mínima entre homens e mulheres é uma tendência internacional. Nos países da União Europeia isso vem sendo adotada por todos, porque existe questionamento judicial sobre a manutenção dessas diferenças. Ao verificar que as condições de vida e sobrevivência das mulheres, elas não são piores que a dos homens, conforme ocorre, por exemplo, com atividades insalubres. No caso brasileiro, isso parece ser verdadeiro também, mas, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho por parte da mulher requerem atenção para evitar a deterioração da qualidade de vida, justificando a adoção de exigências menores para fixar o tempo de contribuição delas.



**A proteção social deve cuidar das crianças e dos jovens para prepará-los para o futuro.**

## As dificuldades de inserção no mercado justifica exigências menores para fixar o tempo de contribuição das mulheres

As pensões por morte devem ser destinadas para quem possui incapacidade de acesso à renda e não como uma complementação de rendimentos para o salário ou outra aposentadoria. Os níveis de proteção da previdência devem ser elevados para os que recebem remunerações de baixo valor e deve ocorrer o oposto para os que auferem rendimentos elevados. Nessas circunstâncias, a busca de complementação de renda via fundos de pensão é uma alternativa aceita mundo afora.

Outra questão polêmica é a que trata da acumulação entre benefícios da previdência e salários no cenário brasileiro. Isso não tem sido reconhecido no debate público daqui. A proteção social deve cuidar das crianças e dos jovens para prepará-los para o futuro. Os adultos devem retribuir sustentando-as e aos mais velhos, além das pessoas com incapacidade para o trabalho. A não utilização dessa forma de organização impede que o Brasil, por exemplo, estimule a aposentadoria mais

precoce para gerar vagas no mercado de trabalho em momentos de crise, cuja consequência mais perversa é o desemprego, sobretudo entre os jovens. Pior, as crises podem estimular os aposentados a retornar ao mercado de trabalho para elevar a renda familiar, gerando mais desigualdade social. Elevar ou introduzir uma idade mínima, por certo, reduz a dimensão do problema, mas não soluciona de forma adequada os padrões do contrato social entre gerações.

### A política social deve ser responsável por colocar as pessoas ao abrigo das vulnerabilidades.

Uma reforma da previdência que vise promover o desenvolvimento deve ser vista como viável sob o prisma das finanças e, sobretudo, pela ótica social, considerando o padrão de civilização almejado, baseados na CF/88. A política social deve ser responsável por prover proteção que coloque as pessoas ao abrigo das vulnerabilidades e crie bem-estar entre os beneficiários, sem perpetuar mecanismos institucionais injustos ou oportunistas, mas sem deixar de proteger quem precisa de apoio.

#### Referências e indicações para a leitura

- GILLION, C.; TURNER, J.; BAILEY, C.; LATULIPPE, D. Social security pensions: development and reform. Geneva: ILO, 2000.
- GILL, Indermit, PACKARD, Truman, e YERMO, Juan. (2005). Keeping the Old-Age Promise. Washington DC: Stanford University Press and The Worldbank.
- IEG - INDEPENDENT EVALUATION GROUP (2006). Bank Assistance to Pension Reform and the Development of Pension Systems. Washington: Banco Mundial. 5 de Janeiro de 2006. World Bank, (Working Paper).
- ILO (International Labor Office). World social protection Report 2014/15: Building economic recovery, inclusive development and social justice– Geneva: ILO, 2015.
- MATIJASCIC, M. Previdência pública brasileira em uma perspectiva internacional: custeio, benefícios e gastos. Texto para Discussão no 2188 Brasília: IPEA. 2016.
- MATIJASCIC, M. Reformas das reformas do sistema público de previdência no hemisfério americano: uma perspectiva comparativa preliminar. In Revista Tempo do Mundo v. 4 | n. 2 | Brasília: IPEA. Agosto de 2012.
- MATIJASCIC, M.; KAY, S. A reforma da previdência brasileira no âmbito de um mercado de trabalho heterogêneo. In Revista da ABET, v. 16, n. 1, Janeiro/Junho de 2017.
- MATIJASCIC, M.; KAY, S. The Brazilian Pension Model: The Pending Agenda (January March 2014). International Social Security Review, Vol. 67, Issue 3-4, pp. 71-93, 2014.
- ORNSTEIN, MITCHELL A. 2013. "Pension Privatization: Evolution of a Paradigm" in Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions.
- STIGLITZ, J. E.; ORSZAG P. R. 1999. Rethinking Pension Reform: Ten Myths about Social Security Systems. Washington:

## AS REDES DE PEQUENOS NEGÓCIOS COM ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: O CASO DA ROTA DAS EMOÇÕES

Por Lauro Chaves Neto <sup>1</sup>

O fundamento do conceito de “desenvolvimento local” é o de que ele ocorra em algum território intencionalmente delimitado, sendo, portanto, todo desenvolvimento “Local”, em alguma escala. Assim, o “local” pode ser identificado como qualquer porção territorial delimitada a partir de elementos de identidade elegíveis no desenho do território<sup>2</sup>.

É importante que o Desenvolvimento Territorial sirva para determinar quais investimentos são adequados às vocações próprias de cada espaço, respeitando a legislação ambiental e promovendo a inclusão social das comunidades locais. Atrair investimentos sustentáveis significa construir para preservar e representa promover o desenvolvimento local sem degradar o ambiente.

### Atrair investimentos sustentáveis significa construir para preservar.

O “empoderamento” da Sociedade Civil é fundamental para modificar as condições que possibilitaram a concentração do conhecimento, do poder e da riqueza, tendo como consequência a ocorrência de pobreza e de exclusão social. Ele ocorre quando os agentes locais se reconhecem como sujeitos do seu próprio destino, tornam-se atores sociais com protagonismo local. Desta forma, promover o desenvolvimento territorial de forma sustentável significa usar o dinamismo e a energia próprios de cada território e comunidade.

#### <sup>1</sup> LAURO CHAVES NETO

Economista pela Universidade Federal do Ceará, MBA em Finanças pela EASP - Fundação Getúlio Vargas-SP, Mestre em Administração pela Universidade Estadual do Ceará e Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona. Foi Presidente do Conselho Regional de Economia-CE e do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças-CE. É Consultor, Professor Adjunto da UECE e Conselheiro do Conselho Federal de Economia.

<sup>2</sup> Dematteis, Giuseppe – Redes, Territorios y Gobierno – Diputació de Barcelona 2002



A Estratégia para o Desenvolvimento Territorial deve ser multidisciplinar com foco nos Eixos Econômico, Social, Urbano e Ambiental; desta forma é fundamental um arranjo institucional em que a Governança seja compartilhada entre o Poder Público, a Iniciativa Privada, a Comunidade e as Organizações Sociais. Pode-se até induzir o desenvolvimento do território de forma exógena, mas ele se concretiza de forma endógena. Já que a formulação, a implementação e a consolidação do Desenvolvimento Local dependem da adesão e da participação das pessoas com a comunidade se apropriando do processo.

A institucionalização desse empoderamento é fundamental para modificar as condições que resultaram na concentração do conhecimento, do poder e da riqueza, levando à desigualdade e à exclusão social. Ele ocorre quando os agentes locais se reconhecem como sujeitos do seu próprio destino, tornam-se atores sociais materializando o conceito de protagonismo local. Desta forma, promover o desenvolvimento local de forma sustentável significa usar o dinamismo e a energia próprios de cada território e comunidade.

Schumpeter e a CEPAL introduziram novos elementos na análise do Desenvolvimento. Diferentemente dos clássicos, Schumpeter<sup>3</sup> definia o desenvolvimento como o

produto da mobilização dos fatores existentes para novos usos, o que exigiria a expansão do crédito para converter poupança em investimento, além da existência de empreendedores inovadores. Ele discordou também dos neoclássicos, ao afirmar que o desenvolvimento não é um processo gradual e harmônico e, sim, um fenômeno que ocorre em saltos, com movimentos bruscos e descontínuos entre ciclos de prosperidade e recessão. Já a CEPAL adotou um método de análise histórico-estrutural para abordar os problemas econômicos, sociais e institucionais que resultaram no subdesenvolvimento latino americano.

A Rota das Emoções segue a metodologia do SEBRAE<sup>4</sup>, focada no desenvolvimento econômico do território, por meio do fomento e fortalecimento de atividades produtivas, geradoras de emprego e renda. São previstas, em sua estrutura, etapas de Conhecer, Assumir e Agir, que foram fundamentadas por seis eixos norteadores.

O conhecimento e a informação qualificada, que sejam significativas e tangíveis para a comunidade do território, têm papel fundamental na articulação dos atores durante todo o processo. É condição para o mapeamento da competitividade das empresas e do nível de dinamismo da economia do território. Essa base de informações auxilia tanto ao poder público na definição de políticas de

## Estratégia para o Desenvolvimento Territorial



<sup>3</sup>Schumpeter – A Teoria do Desenvolvimento Econômico – Abril Cultural - 1984

<sup>4</sup>Estratégia de Desenvolvimento Econômico Territorial – SEBRAE - 2014



**O conhecimento e a informação qualificada têm papel fundamental na articulação dos atores durante todo o processo.**

estímulo à economia como às empresas em suas decisões estratégicas.

O caráter endógeno do Desenvolvimento Territorial pressupõe a articulação dos agentes econômicos em uma rede de articulação estruturada com o objetivo de dinamizar a economia e facilitar o acesso aos mercados público e privado do território por suas próprias empresas e empreendedores.

Selecionar os setores empresariais prioritários a partir do diagnóstico das informações qualificadas do território eleva a chance de aumento da competitividade e do fortalecimento das vantagens competitivas, é, portanto, fundamental a atuação dessas empresas em rede, potencializando a sinergia e a cooperação. Vale reforçar que a estratégia pode envolver tanto setores econômicos tradicionais já estabelecidos e consolidados, como setores detentores de potencial.

Compreender o quanto o ambiente de negócios é propício para a inovação e o desenvolvimento empresarial e elaborar políticas para a sua melhoria é o quarto eixo da estratégia de Desenvolvimento Territorial. Articulação das redes de empresas com clientes e fornecedores, infraestrutura urbana, legislação, organização do capital

social e implantação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas são alguns fatores relevantes nesse ponto.

A atuação de Agentes de Desenvolvimento na articulação e mobilização dos atores, o fortalecimento do tecido empresarial e a coordenação de ações no nível territorial constituem-se em um eixo determinante para que os objetivos sejam alcançados.

Reter recursos do Fluxo Econômico no território provoca um efeito multiplicador na economia local, entender qual a parcela da demanda pública e privada que já é atendida pelas redes de empresas do território e como incrementar essa participação é o sexto eixo da estratégia.

## Reter recursos do Fluxo Econômico no território provoca um efeito multiplicador na economia local.

O entorno deve ser sempre propício à inovação, que ocupa um papel central no desenvolvimento. Sendo relevantes a distribuição geográfica das atividades inovativas e as capacidades tecnológicas para difusão intra e interregional das inovações<sup>5</sup>.

Essas ideias alimentaram-se de “cases” internacionais de sucesso como de algumas áreas industriais não metropolitanas, como por exemplo, a região norte da Itália com os seus distritos industriais, um conjunto de empresas de pequeno e médio porte, articuladas localmente em distritos e profundamente atreladas ao tecido socioeconômico regional com forte inserção no mercado internacional.

A literatura foi consolidando o conceito que os elementos característicos dos arranjos produtivos bem sucedidos eram a flexibilidade dos sistemas operacionais, as relações organizacionais próprias de empresas familiares, a atuação

em rede de negócios com ativa cooperação empresarial, especialização de atividades e processos de aprendizado interativo e coletivo, tudo isso focado na inovação para geração de valor e diferenciais competitivos.

Schumpeter defendia que a inovação era a apropriação pelo mercado de idéias novas, materializadas em produtos, processos e métodos que impelem o sistema econômico para níveis superiores de eficiência e qualidade.

O nascimento e a consolidação de organizações tecnologicamente dinâmicas passou a ser considerado como um item fundamental na agenda de desenvolvimento. Passaram a ser valorizadas as sociedades capazes de fomentar uma elevada taxa de criação de novos negócios, dando origem a empresas relacionadas com novas ideias sobre como produzir ou ocupar nichos inusitados de mercado.

Coerentemente com a fundamentação conceitual, a Rota das Emoções é um exemplo real e bem-sucedido de desenvolvimento do território a partir da consolidação do tecido empresarial em redes de pequenos negócios.

A Rota das Emoções é um roteiro criado em 2005, que une as 3 principais atrações e santuários turísticos dos estados do Piauí, Ceará e Maranhão (mapa 1), todos do Nordeste brasileiro. A rota contempla o Parque Nacional de Jericoacoara (Ceará), Área de proteção ambiental do

Delta do Parnaíba (Piauí) e o Parque nacional dos Lençóis Maranhenses (Maranhão). O circuito da rota das emoções compreende 14 municípios nos 3 estados (mapa 2).

O “case” de Sucesso da Rota das Emoções reforça o cabedal conceitual apresentado sobre o Desenvolvimento Territorial a partir de uma rede de pequenos negócios. O arranjo institucional liderado pelo SEBRAE envolveu três governos estaduais, 14 prefeituras municipais e redes que envolvem a cadeia produtiva do turismo.

Os Princípios Básicos da Rota das Emoções são: Compromisso com o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas; Fortalecimento da governança local; Efetivação do processo de integração em todas as instâncias; Vivência de uma experiência de grande significado ao turista e Observância das políticas públicas nacionais, estaduais e municipais, voltadas para o turismo. Tendo como visão de futuro “Ser um destino sustentável de referência nacional e internacional pelos seus produtos únicos, diferenciados, que integra natureza, aventura, esportes - relacionados com vento e água, e cultura, num cenário de sol e praia.”

As Redes de Negócios envolvem aproximadamente 290 meios de hospedagem formais, 341 bares e restaurantes, 21 agências de receptivo locais, formais e atuantes e 60 operadoras comercializando o roteiro.



Ao longo do projeto o SEBRAE vem atuando principalmente nas atividades relacionadas diretamente com a cadeia do turismo, como os meios de hospedagem, serviços de alimentação, transportes, agências de viagem, artesanato, dentre outros, com o objetivo de elevar a competitividade das redes de pequenos negócios no território.

A linha do tempo da Rota das Emoções permite visualizar a energia necessária para pôr em prática com sucesso a Estratégia de Desenvolvimento Territorial com Foco em Redes de Pequenos negócios. Desde a 1ª Roteirização, em 2005, até o Projeto Destino Turístico Inteligente, em 2019, existe uma sequência lógica de ações articulada com os atores públicos e privados, sempre com a liderança do SEBRAE.

Além do sucesso da consolidação do tecido empresarial e do desenvolvimento do território, já ocorreu o reconhecimento institucional com a conquista do Prêmio de Melhor Roteiro Turístico Integrado do Brasil concedido pelo Ministério do Turismo em 2009, onde concorreu com outros 97 destinos turísticos; e do 2º lugar no Prêmio Braztoa de Sustentabilidade na modalidade “parceiro institucional” pelo Programa de Sustentabilidade para os Meios de Hospedagens da Rota das Emoções.

A etapa chamada de “Projeto Rota das Emoções e seus novos desafios” com o objetivo de desenvolver e qualificar as redes de pequenos negócios e, com isso, incrementar o fluxo turístico nacional e internacional de forma sustentável continha sete focos estratégicos<sup>5</sup>: Ampliação e Diversificação dos produtos inovadores ofertados pelas empresas; Qualificação dos produtos ofertados nos destinos turísticos que compõem a Rota das Emoções; Manutenção dos mercados já conquistados pelas MPEs da Rota das Emoções; Ampliação da Oferta do produto Rota das Emoções nas prateleiras de venda do mercado nacional e internacional; Fortalecimento e Cooperação entre as MPEs envolvidas; Desenvolvimento de Articulação Produtiva da rede de cooperação entre os setores público e empresarial; e maior envolvimento da comunidade local com a atividade turística.

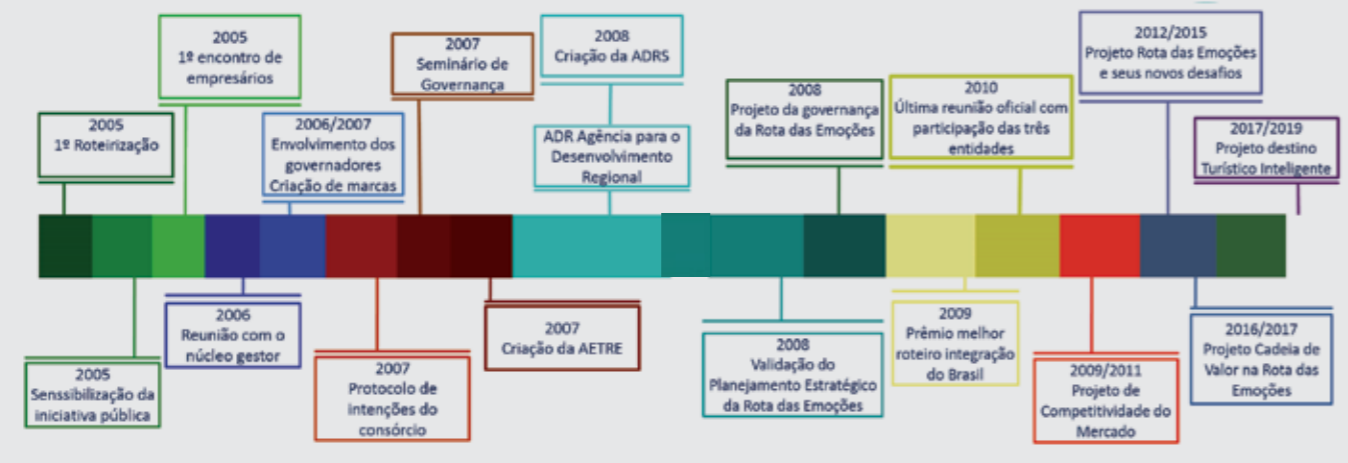
Dentro do Projeto, as ações de qualificação estão direcionadas diretamente ao atendimento às demandas do seu público-alvo. Dessa forma, é necessário conhecer o perfil do Turista, identificar os desafios para a correta elaboração de ações que elevem a competitividade dos destinos turísticos.

91% são turistas nacionais, 50% do Nordeste e 30% do Sudeste; e 9% estrangeiros, majoritariamente europeus; 34% com a faixa etária de 26 a 35 anos e 30%

<sup>5</sup>Galvão, Antônio Carlos – Política de Desenvolvimento Regional e Inovação – Garamond - 2004



Linha do Tempo da Rota das Emoções (2005 a 2019)



com 36 a 50 anos; 56% com nível superior e 24% com pós-graduação. No quesito tempo de permanência, 49% ficam entre 8 e 15 dias, enquanto 39% permanecem entre 5 e 7 dias.

Atrativos Naturais foram apontados por 31% dos turistas como a principal motivação para a escolha do destino Rota das Emoções, 20% para relaxar, 18% para atividades com muita adrenalina ou esportes e 10% para ir à praia. Quanto ao portão de entrada Fortaleza participa com 43% do total de turistas, São Luís com 41% e Teresina com 16%.

O investimento realizado durante a viagem para a Rota das Emoções mostra que 4\*% gastaram mais de R\$3.000,00 por pessoa, enquanto que 34% gastaram entre R\$2.000,00 e R\$3.000,00 por pessoa.

Quanto aos principais serviços não encontrados pelos turistas, a ausência e/ou insuficiência de serviços bancários foi o mais citado, 64% reclamaram da falta de bancos e 6% da falta de caixa eletrônico, seguido da estrutura e serviços relacionados à saúde com 14%.

O Monitoramento da Reputação dos Destinos da

Rota das Emoções<sup>6</sup> traz os resultados dos status dos 14 municípios onde se podem destacar alguns pontos relevantes: Em Jericoacoara as atrações com melhores avaliações são a Lagoa do Paraíso, o Parque Nacional de Jericoacoara e a duna do Pôr do Sol; em Parnaíba o Delta concentra as atenções seguidas da Praia do Coqueiro; já em Barreirinhas se destacam o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, as Lagoas Bonita e Azul, e o Rio Preguiça.

Os resultados detalhados das análises comparativas entre os 14 municípios envolve o número de avaliações, o número de empresas cadastradas com acomodações e hospedagens, a quantidade de opções de o que fazer e o número de empresas cadastradas como restaurantes.

Todos esses resultados positivos da Rota das Emoções no Desenvolvimento do Território como consequência da articulação institucional do SEBRAE com os agentes públicos e privados, focando no fortalecimento do tecido empresarial pela consolidação de redes de pequenos negócios valida e reforça a fundamentação conceitual apresentada nesse artigo, não esgotando a temática, e sim oportunizando o prosseguimento de diversas pesquisas com temas derivados da problemática aqui abordada.

<sup>6</sup>4ª Edição do Monitoramento da Reputação dos Destinos da Rota das Emoções – Trip Advisor - 2018

# CBE2019

## XXIII Congresso Brasileiro de Economia

Alternativas para a retomada do Desenvolvimento Econômico

### 16 a 18 de outubro/2019

CentroSul - Florianópolis/SC

**Trabalhos Científicos**  
**Palestras com temas atuais**  
**Gincana Nacional de Economia**

**INSCRIÇÕES ABERTAS!**

Mais informações no site [www.cbe2019.com.br](http://www.cbe2019.com.br)

PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO



LOCAL DO EVENTO



AGÊNCIA DE TURISMO OFICIAL



ORGANIZAÇÃO



# XXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA REUNIRÁ PROFISSIONAIS DA ÁREA E ESTUDANTES EM FLORIANÓPOLIS

Por Natália Kenupp

Alternativas para a retomada do Desenvolvimento Econômico” foi o tema escolhido para o 23º Congresso Brasileiro de Economia (CBE). O evento é realizado a cada dois anos pelo Sistema Cofecon/Corecons com o objetivo de promover o debate de ideias entre economistas e estudantes de Economia. Neste ano o congresso é organizado pelo Conselho Federal de Economia e pelo Conselho Regional de Economia de Santa Catarina (Corecon-SC), e com co-realização do Sindicato dos Economistas de Santa Catarina (SINDECON-SC).

O CBE ocorrerá de 16 a 18 de outubro de 2019, no Centro de Convenções de Florianópolis, o CentroSul, e as inscrições já estão abertas no site [www.cbe2019.com.br](http://www.cbe2019.com.br). A programação diversificada proporcionará discussões aprofundadas em palestras, mesas de debate e workshops, além de atividades culturais, premiações e homenagens.

De acordo com o presidente do Conselho Regional de Economia de Santa Catarina (Corecon-SC), Alexandre Flores, a programação preliminar do evento está disponível no site e os palestrantes já começam a ser

confirmados. O economista explica a importância de discutir o tema, considerando a conjuntura política e econômica do Brasil. “Na época do evento teremos 10 meses do novo governo. Será um bom momento para nos reunirmos e compararmos se as ações realizadas estão correlatas às necessidades da sociedade”, observou Alexandre.

Na opinião de Wellington Leonardo da Silva, Presidente do Conselho Federal de Economia, o mais importante será avaliar, concretamente, se as medidas adotadas pelos atuais governantes estarão atendendo as reais necessidades dos trabalhadores e, sem tergiversações, reduzindo as desigualdades e buscando igualar direitos e deveres, a exemplo dos previdenciários. “Os trabalhadores do campo e da cidade representam a espinha dorsal do povo brasileiro, geram nosso PIB”, opinou.

**O evento será uma ótima oportunidade para avaliar as medidas adotadas pelo atual governo.**

Na opinião do presidente do Cofecon, o erro não reside no fato de um parlamentar custar ao povo, fora benefícios, R\$ 37 mil por mês, mas sim que eles possam decidir que trabalhadores rurais e os idosos que não contribuíram o suficiente, por esta ou aquela razão, não mereçam quase nada e receberão, ao se aposentar, míseros R\$ 400 iniciais. Também ressaltou não considerar justas as benesses delegadas aos seus pares de gênero, em detrimento do reconhecimento das especificidades impostas as mulheres.

“Faço questão de registrar minha insatisfação em ver os atuais ocupantes de postos no governo demonstrarem tanto despreparo e colocarem um País do porte do Brasil de joelhos aos pés de líderes tão incompetentes quanto eles. Essa questão também será avaliada no próximo CBE”, observou Wellington Leonardo. Por fim, chamou atenção para duas questões: “A, em tese, inexpugnável Bastilha, após muitas décadas, não resistiu e caiu. E, segundo, tal qual um bardo antigo sugere, ou restaure-se a moralidade ou nos locupletemos todos!”, finalizou o presidente do Cofecon.

## TEMÁTICAS DO XXIII CBE

Os temas do congresso estão divididos em quatro grupos: Políticas Macroeconômicas, Desenvolvimento, Políticas Públicas e Relações e Inserção Internacional. “Esses blocos formarão 16 temas para serem discutidos nos painéis e palestras. Buscamos convidar palestrantes de

ideologias diferentes para que, com mediação, as opiniões sejam respeitadas e os participantes do evento sintam-se representados”, explicou o presidente do Corecon-SC. Entre os temas já definidos estão os Impactos econômicos das Criptomoedas, Energia e desenvolvimento econômico, Mercado de Trabalho e Pobreza.

Haverá, ainda, o tradicional Fórum das Mulheres Economistas, que teve sua primeira edição no XXV Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia – SINCE, em Natal, no ano de 2016. O objetivo é promover o debate entre as profissionais da área sobre temas como conjuntura político-econômica e a atuação feminina no mercado de trabalho.

Outro destaque do 23º CBE será a premiação da economista pernambucana Tânia Bacelar como Personalidade Econômica do Ano de 2018. A honraria reconhece economistas que contribuíram para o desenvolvimento da Ciência Econômica e da profissão de economista, nas vertentes teórica ou aplicada, com destaque no cenário nacional ou internacional, nas áreas do conhecimento científico, educacional, cultural e profissional. Tânia Bacelar será homenageada na cerimônia de abertura do congresso.

A taxa de inscrição para o participante dará direito ao material do congressista (pasta, bloco, caneta, programa final), acesso às salas de programação científica e área de exposição.

### Os temas do congresso foram divididos em quatro grupos:



Políticas  
Macroeconômicas



Desenvolvimento



Políticas Públicas



Relações e Inserção  
Internacional



**Tânia Bacelar - Personalidade Econômica do Ano de 2018.**

#### ATRATIVOS TURÍSTICOS

Considerando os atrativos turísticos de Florianópolis, a programação foi pensada para que os participantes possam aproveitar a estadia na cidade. Dessa forma, os minicursos serão no período matutino e os painéis no período vespertino e à noite. “Vamos disponibilizar um ônibus que fará o traslado do hotel oficial do evento para o centro de Convenções, como forma de facilitar o deslocamento dos congressistas”, disse o presidente do Corecon-SC.

Para os participantes que desejam estender a estadia no estado de Santa Catarina, há muitas opções de turismo. Ao norte da capital, no Vale do Itajaí, está Blumenau, onde ocorre anualmente a tradicional Oktoberfest, de 9 a 27 de outubro, um festival de cerveja e de tradições germânicas que atrai pessoas de todo o País. A cidade fica a 150 km da capital catarinense e dispõe de excelente estrutura para o turismo, com bons hotéis e restaurantes.

Ainda no norte do estado, uma atração imperdível é o parque temático Beto Carrero World, o maior da América Latina. Entre as atrações distribuídas em uma área de 14 milhões de metros quadrados estão montanhas-russas, torres radicais, e o hot wheels epic show. Para quem gosta de aproveitar o litoral, além das praias localizadas na ilha de

Florianópolis outras boas opções são: Porto Belo, Bombinhas e Balneário Camboriú, a mais cobiçada da região.

As praias ao sul de Florianópolis são ideais para os surfistas. A 46 km de Florianópolis está a praia da Guarda do Embaú, no município de Palhoça. É considerada uma das mais belas do Brasil e o acesso é pelo rio, que pode ser feito por uma curta travessia a barco ou a nado. Abaixo da Guarda do Embaú está Garopaba, a 74 km da capital catarinense. É ideal para aproveitar boas praias, preservadas e de natureza exuberante. O local é conhecido como a capital catarinense do surfe, e as praias Silveira, Rosa, Barrinha e Ferrugem não decepcionam os amantes do esporte.

As inscrições estão com preço promocional até o dia **30 de abril**. O investimento, até essa data, é de **R\$ 300** para economistas; **R\$ 150** para estudantes de Economia; **R\$ 400** para outros profissionais e **R\$ 200** para estudantes de outras áreas.



**Os participantes poderão aproveitar os atrativos de Florianópolis.**

# 1 VOÇÊ IX GINCANA NACIONAL DE ECONOMIA 15 E 16 DE OUTUBRO

TODA GRANDE REDE COMEÇA ASSIM

**PREMIAÇÃO EM DINHEIRO PARA OS VENCEDORES:**

**1** R\$ 3.600 **2** R\$ 2.400 **3** R\$ 1.200

**A DUPLA CAMPEÃ AINDA GANHA UMA VIAGEM PARA BRASÍLIA.**

#### PODEM PARTICIPAR:

alunos dos cursos de graduação em Economia de todo o país. Procure o Corecon do seu Estado para mais informações sobre as inscrições

#### DUPLA CAMPEÃ

**DE 2018.**

FORME SUA DUPLA E ENTRE NESSE DESAFIO



**COFECON**  
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

GINCANA NACIONAL DE **ECONOMIA**  
IX EDIÇÃO

SAIBA MAIS:  
[gincana.cofecon.gov.br](http://gincana.cofecon.gov.br)

# A EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE ECONOMIA NO BRASIL

Por Izaías Borges e  
Adauto Ribeiro

Nos últimos anos, em função de inúmeros fatores, ainda carentes de uma avaliação mais profunda, temos observado a ocorrência de profundas modificações no ambiente de ensino superior do Brasil. Os dados do Censo do Ensino Superior – INEP mostram que no período de 2000 a 2017 ocorreu uma grande expansão do ensino superior no Brasil, tanto no número de cursos quanto no número de alunos matriculados.

Assim, o objetivo deste artigo é apresentar a evolução desta expansão tomando como base o curso de Ciências Econômicas em comparação com outros três cursos bastante próximos da formação do economista: Administração, Ciências Contábeis e Relações Internacionais.

## No período de 2000 a 2017 ocorreu uma grande expansão do ensino superior no Brasil.

A tabela 1 deixa evidente a expansão do número de cursos de ensino superior, que passaram de 10.585 cursos

em 2000 para 35.380 cursos em 2017, um crescimento de 234%. A área de Ciências Sociais, Negócios e Direito apresentou um crescimento ainda maior, pois entre 2000 e 2017 o número de cursos aumentou 258%.

O que chama atenção no período é o fato de que mesmo com esta expansão na Área, tenha ocorrido diminuição no número de cursos de Economia no Brasil, decréscimo de 6%, saindo de 249 cursos em 2000 para 234 cursos e 2017.

## Apesar da expansão da área de Ciências Contábeis, Negócios e Direitos, o número de cursos de Economia no Brasil diminuiu entre 2000 e 2017.

No entanto esta diminuição se deu com uma transformação importante, enquanto os cursos da rede de ensino pública aumentaram de 78 para 119 cursos (aumento de 53%), ocorreu uma queda acentuada nos cursos da rede privada, que fecharam 56 cursos, passando de 171 em 2000 para 115 em 2017 (-33%).

<sup>1</sup> PROF. DR. IZAIAS DE CARVALHO BORGES  
Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas – PUC Campinas

<sup>2</sup> PROF. MSC. ADAUTO ROBERTO RIBEIRO  
Diretor adjunto do Centro de Economia e Administração – PUC campinas

**Tabela 1.** Nº de cursos de ensino superior selecionados da área de Ciências Sociais, Negócios e Direito, total da área e total do Brasil (2000-2017)

Cursos	2000			2017			Variação		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
Relações internacionais	35	1	34	132	30	102	277%	2900%	200%
Ciências contábeis	494	114	380	1.370	169	1.201	177%	48%	216%
Economia	249	78	171	234	119	115	-6%	53%	-33%
Administração	793	128	665	2.170	297	1.873	174%	132%	182%
Ciências Sociais, Negócios e Direito	2.937	653	2.284	10.528	1.595	8.933	258%	144%	291%
Total	10.585	4.021	6.564	35.380	10.425	24.955	234%	159%	280%

Fonte: Elaboração Própria, a partir de INEP.

Em relação ao número de alunos matriculados observa-se a mesma tendência; o número total de alunos aumentou 208% no período, enquanto que o número total de matriculados em Ciências Econômicas reduziu 21%. Se considerarmos os alunos matriculados em Instituições de Ensino Privadas, a redução foi de 48%.

A evolução no número de ingressantes em Economia também destoa da evolução dos demais cursos da Área. A Tabela 3 mostra que embora o número de vagas oferecidas no curso de Ciências Econômicas tenha aumentado 183%, o número de ingressantes total aumentou apenas 5%. O crescimento de ingressantes em Ciências Econômicas foi muito abaixo, portanto, do crescimento dos demais cursos da área. Em comparação o Curso de Ciências Contábeis apresentou um crescimento de 288% no número de ingressos no mesmo período.

Os dados preocupam ao demonstrarem redução do número de cursos, no número total de matriculados e menor taxa de crescimento no número de ingressantes. No entanto, este fato se deu com um aumento dos cursos e do número de matriculados em instituições públicas. Na comparação com os demais cursos se deu o inverso, uma expansão acentuada do número de cursos e alunos da rede privada.

Ao analisarmos os dados, um universo de informações começa a se descortinar, sendo necessário que não só os gestores dos cursos, mas também as representações de classe profissional dos economistas assumam o compromisso de participar e ampliar o debate sobre as transformações que estão em andamento nas últimas décadas e que vem afetando o ensino superior como um todo, e no seu contexto, afetando a atratividade e oferecimento dos cursos de Ciências Econômicas, em particular.

Diversas hipóteses podem ser construídas para buscar explicações para estes fatos, o aumento da concorrência com novos cursos que se aproximam dos conteúdos antes dominados apenas pelos economistas; a complexidade dos cursos de Ciências Econômicas exigindo uma equipe maior de docentes, o que pode exigir estruturas de custos maiores; novas estruturas de oferecimento de cursos, dentre elas a do ensino a distância que vem se expandido significativamente, competindo na atração de alunos para outros cursos, como nos parece estar acontecendo com os cursos de administração e ciências contábeis; e mudanças no mundo econômico, social, político e tecnológico que precisam ser incorporadas nos cursos de economia, revitalizando-os, no sentido de continuarem com sua

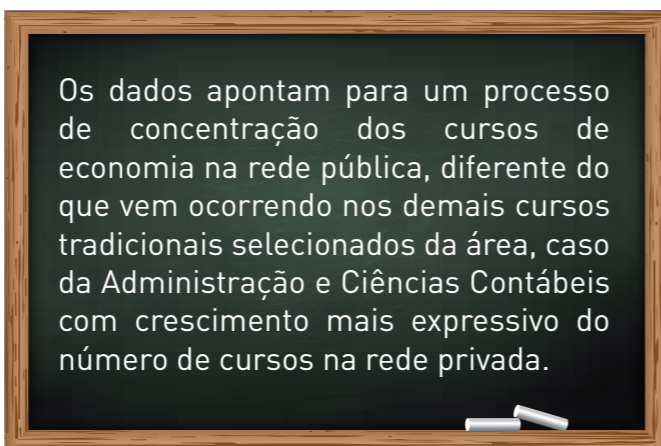
**Tabela 2.** Evolução do número de alunos matriculados em cursos de ensino superior selecionados da área de Ciências Sociais, Negócios e Direito, total da área e total do Brasil (2000-2017)

Cursos	2000			2017			Variação		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
Relações internacionais	5.053	322	4.731	24.807	7.606	17.201	391%	2.262%	264%
Ciências contábeis	126.616	32.436	94.180	362.042	45.389	316.653	186%	40%	236%
Economia	65.414	27.220	38.194	51.472	31.784	19.688	-21%	17%	-48%
Administração	290.264	44.160	246.104	682.555	84.922	597.633	135%	92%	143%
Ciências Sociais, Negócios e Direito	1.122.142	215.181	906.961	3.047.304	410.073	2.637.231	172%	91%	191%
Total	2.694.245	887.026	1.807.219	8.286.663	2.045.356	6.241.307	208%	131%	245%

Fonte: Elaboração Própria, a partir de INEP.

missão de preparar profissionais para os desafios da compreensão de um mundo em constante transformação.

Em suma, o momento exige que nossa capacidade de análise seja colocada à disposição, não apenas a serviço da manutenção e expansão do nossa profissão, mas e principalmente, para a ampliação do reconhecimento pela sociedade da importância do economista frente aos desafios destes novos tempos.



**Tabela 3.** Evolução do número de vagas oferecidas, candidatos inscritos e ingressantes em cursos de ensino superior selecionados da área de Ciências Sociais, Negócios e Direito, total da área e total do Brasil (2000-2017)

Cursos	2000			2017			Variação		
	Vagas oferecidas	Candidatos inscritos	Ingressos	Vagas oferecidas	Candidatos inscritos	Ingressos	Vagas oferecidas	Candidatos inscritos	Ingressos
Relações internacionais	4.898	9.524	3.007	17.538	56.065	8.463	258%	489%	181%
Ciências contábeis	50.176	100.957	33.791	325.524	489.906	130.945	549%	385%	288%
Economia	27.064	57.085	15.650	76.549	116.469	16.479	183%	104%	5%
Administração	155.091	449.867	110.566	584.107	1.300.226	238.604	277%	189%	116%
Ciências Sociais, Negócios e Direito	498.302	1.507.071	365.148	3.058.310	5.365.209	1.108.629	514%	256%	204%
Total	1.216.287	4.039.910	897.557	7.900.060	16.478.779	2.868.340	550%	308%	220%

Fonte: Elaboração Própria, a partir de INEP.

## DESAFIO QUERO SER ECONOMISTA CHEGA A SUA QUARTA EDIÇÃO

Por Júlio Poloni

O jogo que promove a carreira de economista entre os estudantes de ensino médio chega a sua quarta edição em 2019. A competição acontecerá de 13 de maio a 7 de junho, na plataforma do Desafio na internet. As inscrições estarão abertas a partir do dia 1º de abril. Nos últimos três anos, mais de 1500 alunos de todo o Brasil puderam participar do projeto e aprender um pouco mais sobre a profissão e sobre a beleza e os desafios da ciência econômica.

### Inscrições para a quarta edição do Desafio Quero Ser Economista abrirão no dia 1º de abril.

Inflação, crescimento e desenvolvimento econômico, mercado financeiro, tributação, desigualdade social e infraestrutura são alguns dos termos e temas abordados ao longo do jogo e que desafiam os jovens estudantes a refletirem sobre a nossa realidade socioeconômica.

O Desafio Quero Ser Economista é um jogo online idealizado pelo Cofecon com o objetivo de estimular o estudo das Ciências Econômicas pelos jovens. A estratégia é introduzir, de forma dinâmica e divertida, conceitos econômicos básicos ao campo de conhecimento de estudantes do Ensino Médio, apresentar a profissão de economista e a atuação desses profissionais no mercado de trabalho e, assim, proporcionar um agradável e

adequado primeiro contato dos jovens estudantes do Ensino Médio com a área da Economia.

### A ideia é propagar a importância e a grandiosidade da profissão de economista.

“A nossa ideia é propagar a importância e a grandiosidade da profissão de economista. Na medida em que o projeto se expande, temos mais condições de divulgar adequadamente a profissão para o público jovem e, assim, contribuir para a formação das futuras gerações de profissionais”, destaca Denise Kassama, coordenadora da Comissão de Educação do Cofecon.

O catarinense Pedro Kurth, de Rio do Sul, foi o grande campeão da terceira edição do Desafio Quero Ser Economista.



Pedro Kurth – Campeão da 3ª edição do Desafio Quero Ser Economista.

Ser Economista, que contou com a participação de 741 estudantes de Ensino Médio de 25 estados e do Distrito Federal, o maior contingente registrado em todas as edições

“Sempre tive duas áreas em mente: História e Economia. No início, eu estava focado em cursar a primeira na UFSC (Universidade Federal do estado de Santa Catarina), até que minha irmã, formada em Ciências Econômicas, me indicou o Desafio e resolvi participar. Após ganhar, fiquei decidido a ingressar na Economia, pois pude enxergar a importância do economista para a sociedade. Hoje acredito que este seja o caminho para deixar a minha marca no mundo”, relatou o campeão Pedro Kurth.

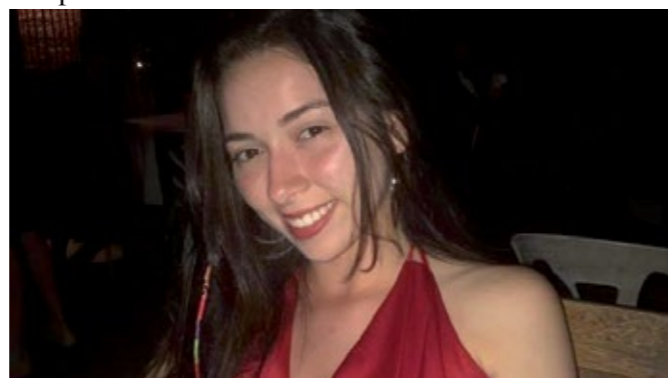
O mineiro Rafael Coquejo foi o vice-campeão do III Desafio Quero Ser Economista e a paulista Lídice França conquistou a terceira colocação. Os vencedores ganharam, respectivamente, R\$ 1.500,00, R\$ 1.000,00 e R\$ 500,00.

“Participar do Desafio Quero Ser Economista foi uma ótima experiência. No jogo, pudemos aprender mais sobre as diversas áreas de atuação do economista na sociedade. Para quem ingressará em Ciências Econômicas, será ótimo chegar à faculdade sabendo melhor os assuntos



**Rafael Coquejo – Vice-campeão da 3ª edição do Desafio Quero Ser Economista.**

que mais gosta dentro da Economia. Espero que mais estudantes tenham a oportunidade de conhecer e participar do Desafio”, refletiu Rafael Coquejo, vice-campeão do Desafio.



**Lídice França – terceira colocada da 3ª edição do Desafio Quero Ser Economista.**

A estudante Lídice França, que ficou em terceiro lugar na última edição, participou de todas edições do Desafio, desde o início do projeto. Para a futura economista, o Desafio foi um estímulo para estudar Economia. “O Desafio foi fundamental para a minha tomada de decisão sobre qual carreira seguir. O jogo instigou a minha curiosidade em busca de esclarecimentos sobre o curso e a profissão, além de me motivar a pesquisar mais assuntos relacionados à área”, conta Lídice

#### DESAFIO QUERO SER ECONOMISTA 2019

A 4ª edição do Desafio Quero Ser Economista acontecerá entre 13 de maio e 07 de junho de 2019. As inscrições estarão abertas a partir do dia 1º de abril. A participação é totalmente gratuita. O jogo ocorre em ambiente online, no site do Desafio ([www.desafioquerosereconomista.com.br](http://www.desafioquerosereconomista.com.br)), com um desafio por dia durante três semanas.

Os desafios das segundas e quartas-feiras, que valem 100 pontos, são vídeos de economistas ou estudantes de Economia falando sobre algum tema específico da área. Os desafios das terças e quintas-feiras são enigmas que



valem 50 pontos. Esses enigmas abordam conceitos básicos da área da Economia, além de temas como escolas de pensamento econômico e economistas ilustres. Em todos esses desafios, tanto nos vídeos como nos enigmas, o participante tem apenas de responder a uma questão objetiva de múltipla escolha.

Às sextas-feiras são lançadas as missões, que valem 200 pontos. Esses desafios são um pouco mais complexos e podem envolver tarefas como escrever um pequeno texto sobre a economia de algum país ou região, por exemplo. A última missão do jogo (lançada na sexta-feira da terceira semana de competição) é elaborar um vídeo de até um minuto falando sobre algum assunto da área da Economia. Esses vídeos são postados nas redes sociais Quero ser economista e os classificados vão para a Grande Final. Nesta última fase, a Comissão Avaliadora do Desafio analisa os vídeos dos participantes e atribui pontos aos competidores.

Os pontos conquistados pelos participantes ao longo dos desafios diários são somados aos pontos atribuídos pela Comissão Avaliadora e, assim, define-se quem são

os grandes campeões do Desafio Quero Ser Economista. O campeão, o vice-campeão e o terceiro lugar na competição ganham, respectivamente, R\$ 1.500,00, R\$ 1.000,00 e R\$ 500,00.



#### **Os vencedores ganharam, respectivamente, R\$ 1.500,00, R\$ 1.000,00 e R\$ 500,00.**

Todos os prazos e informações da competição podem ser encontrados nos perfis Quero ser economista no Facebook e no Instagram. Essas páginas também servem de apoio ao jogo: os desafios diários são postados em ambas as redes.

#### Inscriva-se!

Se você é estudante de ensino médio, acesse [www.desafioquerosereconomista.com.br](http://www.desafioquerosereconomista.com.br) e faça sua inscrição! A participação é gratuita!

#### Siga-nos

 [querosereconomista](https://www.facebook.com/querosereconomista)  [/querosereconomista\\_](https://www.instagram.com/querosereconomista_)

## A UNIÃO FAZ A FORÇA

ANDERSON AVELINO  
OLIVEIRA SOUSA  
UFPE- CAA  
1º Diretor de Comunicação  
FENECO

A palavra da vez é integração. Originada do latim *integrare*, que significa o ato ou efeito de integrar ou tornar inteiro, incorporar elementos em um conjunto. Integração é também sinônimo de assimilação e reunião.

### A entidade busca conectar os estudantes de Economia do país.

Para a FENECO, esta palavra e seu sentido sempre foram o pilar essencial de sua história, ligando os estudantes a seus princípios norteadores. Toda essa importância, inicialmente, é motivada pelo que disse Esopo “A união faz a força”, e é diante dessa premissa que a entidade busca conectar os estudantes de Economia do país.

A integração institui, desde a formação de uma gestão com participação de todas as regiões do país, até os eventos regionais e nacionais, favorecendo, desse modo, o intercâmbio de conhecimento. É formado por diretores das cinco regiões e de representatividade de grande parte dos estados do país, tudo isso buscando unificar a pauta nacional dos estudantes de economia.

### A integração favorece o intercâmbio de conhecimento.

Os nossos principais eventos nacionais e regionais, o Eneco e os Ereco’s visam a integração do país e de todas as regiões, propiciando a troca de conhecimento que sempre

são ratificados. No ano de 2018, os eventos Ereco’s Ilhéus e o Ereco Rio, demonstraram a força dos estudantes de economia propiciando o debate e a apreensão sobre assuntos do âmbito econômico-político nacional.

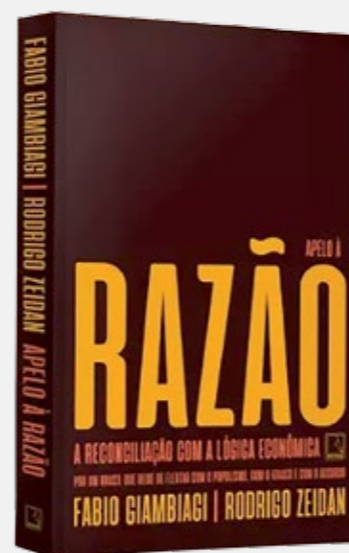
No Eneco Brasília, pôde-se perceber o reflexo de todo este movimento de mudanças no campo econômico principalmente na “Carta de Brasília”, assinada por todos os estudantes presentes, integrantes de diferentes partes do país. A carta chama a atenção das autoridades, no momento em que o país se aprofunda na crise econômica, mostrando os efeitos causados por esta conjuntura que assola o país e mancha os níveis de atividade, emprego e distribuição de renda.

A FENECO também revelou sua força no que concerne debater assuntos políticos, indo à luta em pleno período pré-eleitoral, buscando, sobremaneira, a mitigação de movimentos que se mostram antidemocráticos. A FENECO lançou, então, a “Carta dos Estudantes de Economia em Defesa da Democracia”, onde esta representava o desejo das mais de 25 entidades representativas de estudantes de economia, presentes de Norte a Sul do país.

Lembramos a todos que o desejo de integração dos estudantes de Ciências Econômicas se renova neste ano de 2019, outrossim, convidamos todos a participarem dos eventos vindouros e já confirmados, Ereco Nordeste – Parnaíba, Ereco Sudeste- Ouro Preto e o nosso mais importante evento: o Eneco, que será realizado em Ilhéus.

## APELO À RAZÃO

Por: Luiz Alberto Machado, economista, sócio-diretor da SAM  
– Souza Aranha Machado Consultoria e Produções Artísticas.



Livro: APELO À RAZÃO: A reconciliação com a lógica econômica – Por um Brasil que deixe de flertar com o populismo, com o atraso e com o absurdo. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

AUTORES: FABIO GIAMBIAGI E RODRIGO ZEIDAN

Record, 2018

Como é natural em início de governo, o noticiário fica repleto de artigos a respeito das principais diretrizes da política econômica, havendo compreensível ênfase em questões macroeconômicas e em resultados esperados para o curto prazo. Afinal, embora o Brasil tenha superado desde a adoção do Plano Real em 1994 a fase de elevadíssimos níveis de inflação, ainda há um resíduo de cultura inflacionária. Além disso, pela existência de um consenso quase generalizado sobre a necessidade de reduzir o déficit público, para o que será fundamental promover a reforma da Previdência.

Em *Apelelo à razão*, Fabio Giambiagi e Rodrigo Zeidan chamam a atenção para diversos fatores que nos prendem à “armadilha da renda média, a condição de países que lograram sair da pobreza, mas empacaram, não

conseguindo dar o salto seguinte para se tornarem países desenvolvidos” ( p. 157).

Os autores lembram que muitos dos esforços tentados no Brasil nas últimas décadas tiveram – quando muito – efeito passageiro, com o rápido retorno a uma situação igual ou muito próxima da que se pretendia melhorar.

### Muitos dos esforços tentados no Brasil nas últimas décadas tiveram efeito passageiro.

Vale a pena reproduzir a maneira didática pela qual os autores descrevem o processo pelo qual as nossas despesas públicas foram crescendo a ponto de se transformar no enorme problema que representam hoje.

Na base da ideia de que “sempre cabe mais um”, fomos enchendo o “ônibus” do Estado brasileiro com novos ocupantes, que com o passar do tempo tornaram o “veículo” demasiadamente pesado para o tipo de sociedade moderna. É um Estado incapaz de dar conta dos desafios dos novos tempos, que devem privilegiar mais temas como educação, inovação, pesquisa e ciência e tecnologia, e despesas que aliviem a situação dos mais pobres, com espaço reduzido na atual configuração das despesas (p. 101).

Paralelamente à necessidade de tentar aprovar logo no início a reforma previdenciária, o novo governo deve dar atenção a questões microeconômicas que serão de fundamental importância para permitir o aumento da produtividade dos nossos agentes econômicos e a recuperação em bases sustentáveis e de longo prazo da competitividade da economia brasileira. Algumas dessas ações encontram-se umbilicalmente ligadas, como, por exemplo, a necessidade de promover uma simplificação tributária, que terá tanto efeito macroeconômico (reduzindo o custo e aumentando a eficiência da máquina arrecadadora), como microeconômico (reduzindo a pressão sobre os contribuintes).

### A par das ações no campo da economia, é preciso adotar ações inteligentes em setores complementares.

Se conseguirmos avançar nesses aspectos, estaremos pavimentando a estrada que liga o curto e o longo prazo na busca de um crescimento sustentável. A par dessas ações no campo da economia, o governo terá que adotar ações inteligentes em setores complementares e igualmente fundamentais, tais como saúde, segurança, infraestrutura, política externa e educação, cujos resultados, muitas vezes, custam a aparecer. Para concluir esta resenha, alguns comentários sobre o desafio de investir certo em educação.

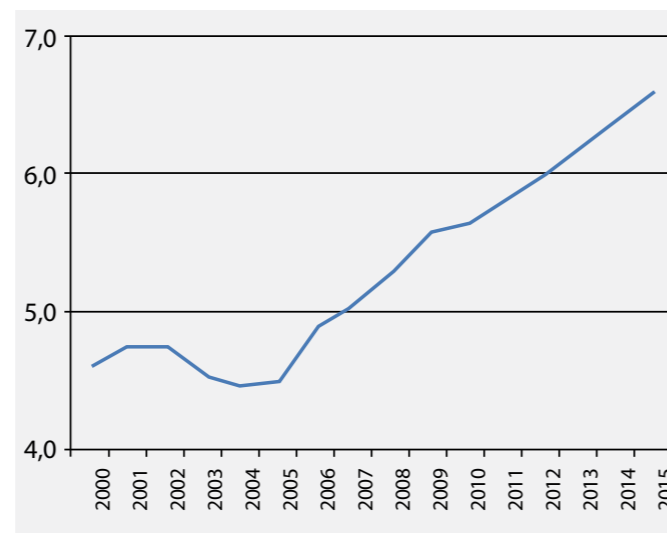
Infelizmente, o desafio que o País tem pela frente no campo da educação é enorme, uma vez que nossos estudantes continuam ocupando posições medíocres nos testes internacionais de educação comparada, dos quais o

mais conhecido é o PISA (*Programme for International Student Assessment*).

### É necessário um bom diagnóstico, separando bem os mitos e os fatos.

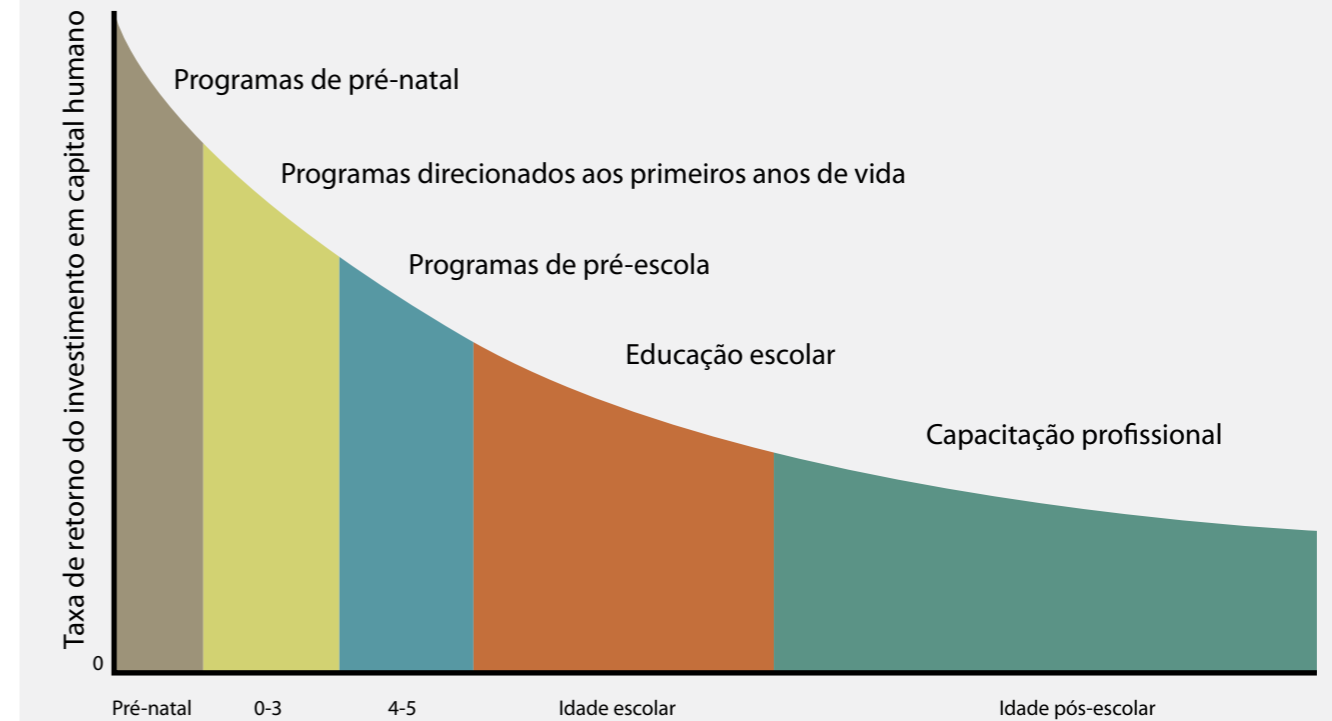
Para enfrentar desafio de tamanha magnitude é preciso ter um bom diagnóstico, separando bem os mitos e os fatos. Como bem observam Giambiagi e Zeidan “é mito afirmar que gastamos pouco com educação. É o contrário, somos o segundo país de renda média que mais gasta com essa rubrica no mundo – apenas a Costa Rica gasta mais do que nós, em proporção do PIB”. Com base nos dados do INEP e do IBGE, complementam (p. 280): “não só gastamos muito, mas também aumentamos bastante a participação dos gastos com educação como proporção do PIB”, como pode ser visto no gráfico 1.

**Gráfico 1- Gastos totais com educação como % do PIB**



Fonte: INEP e IBGE.

**Gráfico 2 - Retorno ao ano por unidade de dolar investido**



Considerando, portanto, que o volume de investimento em educação no Brasil já é significativo, é preciso focar na qualidade desse investimento, buscando aquele que ofereça a melhor taxa de retorno social. E, de acordo com James Heckman, reconhecido mundialmente como uma das maiores autoridades no assunto, a maior taxa de retorno ocorre com os programas pré-natais, como pode ser visto no gráfico 2.

Será necessário, nesse sentido, alterar a ênfase dos últimos governos que investiram proporcionalmente muito mais em educação superior do que em programas pré-natais e programas de primeira infância. De acordo com Giambiagi e Zeidan, os benefícios sociais são muito maiores quando os investimentos ocorrem nos primeiros anos da vida das pessoas, ao passo que os benefícios privados são maiores nos investimentos em ensino superior e nos programas de capacitação profissional.

A diferença entre retornos privados e sociais ao longo do tempo é a razão pela qual, na maior parte do mundo, a provisão de educação básica é papel do Estado, enquanto é aceitável que o sistema privado forneça parte do ensino superior. E aqui temos a primeira lição básica para o Brasil: não faz sentido falar em universalizar ensino superior quando o básico é péssimo (p.285).

Este é, aliás, um bom exemplo para a afirmação “governar é fazer escolhas”. Ao examinarmos a realidade da educação brasileira, constatamos a existência de necessidade de investimentos em todos os níveis. Como, porém, não há recursos para tanto, é preciso escolher o tipo de investimento que oferece maior retorno social e este é, sem dúvida, o investimento nos primeiros anos da vida das pessoas.



# XXV PRÊMIO BRASIL DE ECONOMIA

A PREMIAÇÃO QUE RECONHECE O SEU VALOR

## CATEGORIAS

LIVROS

ARTIGOS  
CIENTÍFICOS

TESES DE  
DOUTORADO

DISSERTAÇÕES  
DE MESTRADO

MONOGRAFIAS  
DE GRADUAÇÃO

## INSCRIÇÕES

DE  
11/03 A 1/08/19  
EM  
PBE.COFECON.GOV.BR



 /cofeconeconomia

 @Cofecon



**COFECON**  
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

WWW.COFECON.GOV.BR